



Anais da Assembléia

Nº 006

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 03.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 1991
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Dalton Machuca.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Costenaro Neto, Antonio Toti Colaço, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, César Silvestre, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Élio Rusch, Emília Belinatti, Erondy Silvério, Ernani Puddell, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Alves, José Colombino Grassano, José Durval Amaral, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró, Rafael Greca, Renato Adur, Severino Pessoa e Valdir Rosso ni (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Caíto Quintana, Cleiton Crisóstomo, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Edson Lino, José Afonso Júnior, José Artur Ricci e Luiz Antonio Setti (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de membro mais idoso da bancada do P.T.B., nesta Casa e dada a

exiguidade de tempo, indico os seguintes Senhores Deputados para comporem as Comissões Permanentes:

Comissão de Constituição e Justiça:

TITULAR : ERONDY SILVÉRIO

SUPLENTE : JOÃO IENSEN

Comissão de Finanças:

TITULAR : JOÃO IENSEN

SUPLENTE : JOSÉ ALVES

Comissão de Orçamento:

TITULAR : ERONDY SILVÉRIO

SUPLENTE : JOSÉ ALVES

Comissão de Agricultura Indústria e Comércio:

TITULAR : JOSÉ ALVES

SUPLENTE : JOÃO IENSEN

Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicação:

TITULAR : JOÃO IENSEN

SUPLENTE : JOSÉ ALVES

Comissão de Terras Imigração e Colonização:

TITULAR : JOSÉ ALVES

SUPLENTE : JOÃO IENSEN

Comissão de Segurança Pública:

TITULAR : JOÃO IENSEN

SUPLENTE : JOSÉ ALVES

Comissão de Saúde Pública:

TITULAR : JOSÉ ALVES

SUPLENTE : JOÃO IENSEN

Comissão de Redação:

TITULAR : JOSÉ ALVES

SUPLENTE : JOÃO IENSEN

Comissão de Tomadas de Contas:

TITULAR : JOÃO IENSEN

SUPLENTE : JOSÉ ALVES

Comissão de Turismo:

TITULAR : JOSÉ ALVES

SUPLENTE : JOÃO IENSEN

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente:

TITULAR : JOÃO IENSEN

SUPLENTE : JOSÉ ALVES

Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa:

TITULAR : JOÃO IENSEN

SUPLENTE : JOSÉ ALVES

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO
Líder do P.T.B.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos, por intermédio do presente, em conformidade com o disposto no Regimento Interno, indicar para integrar a Comissão de Constituição e Justiça como representante da bancada do Partido dos Trabalhadores o Deputado Ovídio Constantino, tendo como suplente o Deputado Dr. Rosinha.

Sendo o que se apresenta para o ensino, subscrevemo-nos.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) ERNANI PUDELL
Líder do P.T.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através do presente, vimos à presença de Vossa Excelência, solicitar a retificação da indicação procedida por esta Liderança, quanto à composição da Comissão de Constituição e Justiça, com a finalidade de efetuar a troca do Deputado Djalma de Almeida César para suplente e do Deputado José Afonso Júnior para titular, permanecendo inalteradas as demais posições.

Sendo o que se apresenta para a oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) ORLANDO PESSUTI
Líder do P.M.D.B.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 087

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER A MESA, ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para tramitação do Anteprojeto de Lei n° 649/90, objeto da Mensagem Governamental n° 233/90, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação de Incentivo do Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá o imóvel do Núcleo Social de Maringá.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) JOSÉ ALVES

ANTEPROJETO DE LEI N° 649/90

Art. 1° - Por força do artigo 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação de Incentivo do Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá o imóvel constituído pela data de terras n° 1, com 6.000m², situado na quadra n° 21, da zona 7 da Cidade de Maringá, transcrito sob n° 7.475, no Cartório de Registro de Imóveis da

1° Circunscrição da Comarca de Maringá, às fls. 143, do Livro 3-H.

Art. 2° - A cessionária deverá utilizar a área de que trata o artigo 1° exclusivamente na manutenção do Núcleo Social de Maringá já existente, no referido imóvel, sob pena de automático cancelamento da cessão.

Art. 3° - A cessão de uso de que trata esta lei vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que for celebrado o respectivo termo, podendo, mediante consenso entre as partes, ser prorrogado por igual período.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O anteprojeto de lei em causa contém dispositivos expressos no sentido de que tal cessão vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período se houver consenso entre as partes, tornando-se inválida caso o mencionado imóvel seja utilizado para finalidades diversas daquelas previstas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

MENSAGEM N° 233/90

Curitiba, 21 de dezembro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, ceder em caráter de utilização gratuita, à Associação de Incentivo do Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, o imóvel constituído pela data de terras n° 1, com 6.000m², situado na quadra 21, da zona 7, da Cidade de Maringá, transcrito sob n° 7.475, no Cartório de Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Maringá, às fls. 143, do Livro 3-H.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa consulta aos superiores interesses da Administração, pois o imóvel cuja cessão de uso se pretende efetivar, será utilizado pela cessionária exclusivamente na manutenção do Núcleo Social de Maringá.

REQUERIMENTO N° 046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Voto de Pesar, pelo falecimento do Sr. Emigdio Pianaro, que por duas ocasiões foi prefeito

Curitiba, quarta, em 20.02.91

do Município de Campo Largo, do mesmo dê-se ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado votos de imenso pesar pela perda irreparável do Senhor EMIGDIO PIANARO, ocorrida na madrugada do dia 20/02/91, a Senhora HELENA SCHIAVON PIANARO, sua viúva, extensivos a toda sua família, bem como ao grande Companheiro Vereador EMIGDIO PIANARO JÚNIOR, de Campo Largo.

REQUER ainda, que do mesmo seja dada ciência aos respectivos amigos, cujos endereços para correspondência são, respectivamente: Rua Domingos Cordeiro, 844 - CEP: 83.600 - CAMPO LARGO/PR e Câmara Municipal de Campo Largo - R. Benedito Soares Pinto, 2.126 - Centro - CEP: 83.600 - CAMPO LARGO/PR.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Senhores Deputados, a perda de um ente querido é sempre seguida de uma dor imensurável, quanto mais quando se trata do seu companheiro de tantos anos, como é o caso da Senhora HELENA SCHIAVON PIANARO, sua viúva, que dividiu com ele todos os momentos de tristeza e de alegria nessa longa convivência, ou ainda, quando se trata do seu progenitor, daquele de quem também originamos e que desde cedo aprendemos a amá-lo e a admirá-lo, como é o caso do grande Companheiro e Amigo EMIGDIO PIANARO JÚNIOR, seu filho. O Senhor EMIGDIO PIANARO, faleceu nessa madrugada, aos 72 anos de idade, e encontrava-se enfermo já há algum tempo, deixando 05 filhos, sua viúva, seus parentes e inúmeros amigos saudosos pela sua partida, e nesse momento não encontramos outras palavras a não ser de solidariedade, irmandade e fraternidade, razão pela qual contamos com a anuência dos demais ilustres Senhores Deputados para a aprovação desse requerimento.

REQUERIMENTO N° 095

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em nome da bancada do PFL, vem, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requerer a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, desta Assembléia Legislativa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor EMIGDIO PIANARO, ocorrido na Cidade de Campo Largo.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada, na pessoa do filho do extinto - EMIGDIO

PIANARO JÚNIOR, Vereador em Campo Largo.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

Causou grande pesar o falecimento de Emígdio Pianaro, em Campo Largo, Município que ele dirigiu, como prefeito, nos períodos de 1959 a 1963 e de 1968 a 1972. Industrial e cidadão conceituado, ele conquistou o respeito e a admiração de quantos o conheceram, legando ainda, exemplos como chefe de família exemplar e de homem público sério e socialmente identificado com as aspirações populares.

Emígdio Pianaro faleceu aos 72 anos, deixando viúva, dna. Helena Schiavon Pianaro, além de cinco filhos, netos e bisnetos.

A Liderança do Partido da Frente Liberal, ao deixar consignado seu voto de profundo pesar pelo falecimento de Emígdio Pianaro, o faz movida pelo sentimento de solidariedade a sua família e à população de Campo Largo, que perdem um chefe e um líder incontestes. Por essa razão, espera e acredita que a homenagem traduza, por igual, o sentimento de todos os componentes desta Casa Legislativa.

REQUERIMENTO N° 090

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão votos de congratulações à Família Ronconi, pela comemoração dos cem anos de imigração de seu patriarca Giuseppe Ronconi.

A memória dos pioneiros que, com seus sonhos e o suor honesto de seu trabalho, ajudaram a construir a grandeza deste Estado, jamais poderá deixar de ser reverenciada. Vindos de plagas distantes, movidos por um inabalável desejo de trabalhar e progredir, foram recebidos por esta terra hospitaleira e fértil, na qual, com carinho, criaram suas famílias e para a qual dedicaram os esforços de suas vidas.

É inegável, ao se analisar hoje as características econômicas e culturais do Paraná, que a cada passo, em cada município, encontraremos o atestado de que o sangue generoso dos que para cá emigraram, movidos pela esperança, plantou sementes de um futuro de paz, harmonia e prosperidade, que a nós, seus pósteros compete cultivar.

REQUER outrossim, que do presente requerimento seja dada ciência à família Ronconi, na pessoa do Senhor Ronconi.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 096

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário seja inserido em Ata da presente sessão votos de congratulações, e expressões de regozijo, pela passagem do 101º aniversário de fundação do promissor Município de São João do Triunfo, criado pela Lei n. 13, de 08.01.1890 e instalado a 15.02. do mesmo ano.

REQUER, ainda, que as manifestações em apreço sejam estendidas as autoridades locais a seguir; Excelentíssimo Senhor José Maria Tardim, Digníssimo Prefeito Municipal; Ilustríssimo Senhor Bernardino de Souza Moreira, Mui Digno Vice-Prefeito Municipal; Excelentíssimo Senhor José Maria Distéfano Gracia, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal; Dr. Luiz Carlos Dea, Meritíssimo Juiz de Direito daquela Comarca.

Da decisão do Plenário, solicita, seja dada ciência aos mesmos através da Prefeitura Municipal de São João do Triunfo- PR.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 088

Senhor Presidente.

Nos termos do que é facultado pelo Art. 128, do Regimento Interno deste Poder Legislativo e tendo em vista o disposto no § 1º, do Art. 37, da Constituição Federal (Parágrafo 1º do Art. 27, da Constituição Estadual), o Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições, vem apresentar a seguinte:

INDICAÇÃO

solicitando o pronunciamento do Plenário desta Assembléia Legislativa, sobre a legalidade e constitucionalidade dos atos que deram origem e mantém a campanha publicitária que vem sendo levada a efeito, em todas as televisões do Estado, enaltecendo as realizações do Governo Álvaro Dias.

Justifica-se a presente indicação, por estar patente que a veiculação do nome do Senhor Governador, ao mesmo tempo em que se enaltece as obras de seu Governo, fere, frontalmente o disposto no citado § 1º, do art. 37, da Constituição Federal (dispositivo repetido no § 1º, do Art. 27, da Constituição do Estado), que proíbe, taxativamente, o uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 044

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislati-

va do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Desembargador Doutor Luiz Renato Pedroso, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça, a criação da Comarca do Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A criação da Comarca de Moreira Sales, tem-se constituído ao longo dos últimos anos aspiração de sua comunidade.

Nesse sentido tenho recebido inúmeras e reiteradas manifestações.

Isso se deve às grandes dificuldades enfrentadas pela população em geral, que se obriga a constantes deslocamentos à Comarca a que pertence a municipalidade, que ressalte-se, fica a distância considerável.

Pelo volume de serviço, cujo crescimento nota-se a olhos vistos, em decorrência do crescimento sócio-econômico e populacional do Município, vê-se plenamente justificada a pretensão da laboriosa comunidade.

REQUERIMENTO N° 045

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Doutor Luiz Renato Pedroso, a criação da Comarca do Município de Rondon.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A criação da Comarca de Rondon, tem-se constituído ao longo dos últimos anos aspiração de sua comunidade.

Nesse sentido tenho recebido inúmeras e reiteradas manifestações.

Isso se deve às grandes dificuldades enfrentadas pela população em geral, que se obriga a constantes deslocamentos à Comarca a que pertence a municipalidade, que ressalte-se, fica a distância considerável.

Pelo volume de serviço, cujo crescimento nota-se a olhos vistos, em decorrência do crescimento sócio-econômico e populacional do Município, vê-se plenamente justificada a pretensão da laboriosa comunidade.

REQUERIMENTO N° 050

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislati-

va do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica da Vila Formosa, Município de Douradina, ligando este aos Distritos de Carboneira, Alto Alegre e Três Placas, Município de Maria Helena.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, tendo em vista a importância das referidas estradas à população local e regional, haja vista tratar-se de vias que são utilizadas com fluxo considerável de veículos transportadores da produção agrícola regional.

Hoje em face das condições precárias das referidas rodovias, os prejuízos aos produtores agrícolas é significativamente grande, mormente em períodos de constantes chuvas quando seu leito carroçável torna-se intransitável.

A importância do asfaltamento das vias pleiteadas, ganha dimensões maiores se considerarmos tratar-se de região cuja economia alicerçada basicamente na agricultura, contribuindo, de forma marcante para o volume de grãos produzidos pelo Estado.

Por ser de importância ímpar o solicitado à comunidade, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 038

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando do mesmo, imediatas providências no sentido de apurar as ameaças de despejo com base na violência e através de milícias particulares que estão sendo feitas por proprietários de áreas de terras localizadas nos Municípios de Ibema e Roncador, neste Estado, que utilizam-se de jagunços que estão sendo recrutados no Estado do Mato Grosso, para ameaçar, intimidar e agredir os ocupantes das fazendas Badotti e Caldato em Ibema, e Can-Can, no município de Roncador.

Requerem, também, que do presente seja encaminhado cópia ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça solicitando a ação integrada daquela Pasta juntamente com a Secretaria de Estado da Segurança Pública com vistas aos fatos retro expostos e evitar-se a concretização das ameaças que, se vier a ocorrer, representará um grave conflito social de desdobramentos imprevisíveis.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 042

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias, solicitando que o mesmo acione a Procuradoria Geral do Estado, no sentido da mesma acompanhar junto ao Supremo Tribunal Federal a Ação de Inconstitucionalidade contra o FEPPA (Fundo Estadual de Previdência Parlamentar), argüida pelo então Deputado Estadual Pedro Irno Tonelli na data de 07.06.88, e que até o presente momento se encontra sem parecer do Procurador Geral da República.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 043

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM o envio de expediente ao Governador do Pará, Senhor Hélio Gueiros, ao Ministro da Justiça, Senhor Jarbas Passarinho, e ao Diretor Geral da Polícia Federal, Senhor Romeu Tuma, solicitando providências imediatas no sentido de garantir a vida dos Vereadores Orisvaldo Ferreira Oliveira, Francisco Batista Siqueira e José Mota, Legisladores do Município Paraense de Prainha, que vêm sendo constantemente ameaçados de morte, tendo inclusive o primeiro deles, já recebido agressões físicas, pelas suas lutas em defesa dos trabalhadores rurais daquela Região, ameaças estas plenamente identificáveis, segundo correspondências que temos em mãos, assinada pelos três vereadores, que apontam para um grupo econômico e que tem demonstrado sua truculência em diversas oportunidades, razão pela qual solicitamos providências para que se evite que mais pessoas identificadas com a luta pela terra venham a morrer, como ocorreu há poucos dias naquele mesmo Estado com o Presidente do Sindicato de Rio Maria.

Requer ainda, se dê ciência do presente Requerimento à Prefeitura Municipal de Prainha, à Câmara de Vereadores daquela Cidade e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prainha.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(aa) ERNANI PUDELL

FLORISVALDO FIER

OVIDIO CONSTANTINO

PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Carlos Chiarelli, Digníssimo Ministro da Educação, no sentido de que seja determinado estudos junto à equipe ministerial para viabilizar a criação da Universidade de Umuarama.

Do requerido solicita-se ainda, que seja dado ciência da decisão desta Casa de Leis, aos Senhores Alexandre Ceranto, mui Digno Prefeito Municipal de Umuarama, e Inácio Pereira Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Despontando como uma das regiões mais promissoras do Estado, Umuarama hoje recebe centenas de jovens dos mais diversos municípios do noroeste do Paraná e do Sul do Mato-Grosso que buscam sua formação cultural, pois a cidade como pólo da microrregião 11, oferece quase uma dezena de opções de cursos superiores e diversas escolas de 2° grau e de 1° grau, tanto da rede municipal, estadual como particular.

Além da boa gama de escolha quantitativa também louve-se a parte qualitativa do sistema educacional da Capital da Amizade.

Portanto torna-se imperioso a junção desses cursos de 3° grau em uma Universidade que em princípio seria particular mas que num segundo momento transformaria em Fundação ou seria açambarcada pela União.

REQUERIMENTO N° 054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alcení Guerra, Digníssimo Ministro da Saúde, no sentido de que seja determinado a inclusão do Hospital Divina Providência, sito a Rua Londrina s/n° no Distrito de Ivaté, Município de Umuarama, no recadastramento junto ao INAMPS.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O referido Hospital, localizado em Ivaté, Distrito de Umuarama, emancipado por recente lei já era cadastrado junto ao INAMPS, em outros anos, chegando a ter 60 cotas conveniadas, sendo excluída por decisão política, segundo a atual administração.

Contendo 63 (sessenta e três) leitos apresenta uma média de mais 60 atendimentos médicos por dia, e encontra-se em ple-

nas condições de atender as exigências do órgão Nacional.

REQUERIMENTO N° 055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial da Assembléia Legislativa, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Alcení Guerra, Digníssimo Ministro da Saúde, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a construção, via convênio com a Prefeitura, de um Mini-Hospital no Distrito de Vila Alta, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A população do Distrito de Vila Alta, vive expectativa de emancipação política e administrativa, do Município de Umuarama, uma vez que aguarda somente as eleições municipais, para tornar-se autônoma.

Mas com essa euforia natural, existe a preocupação de como os novos governantes irão administrar os problemas principalmente das áreas sociais como Educação, Saúde, Segurança etc.

Visando dotar o Distrito e novo Município de infra-estrutura suficiente para atender a questão da saúde pública, vimos solicitar do Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, recursos para a construção de um mini-hospital.

REQUERIMENTO N° 056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Assembléia Legislativa ao Secretário Nacional de Esportes, Senhor Arthur Antunes Coimbra, em Brasília, no sentido de reivindicar a liberação de recursos financeiros para a construção de um Centro Poliesportivo, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Umuarama possui cerca de 120 mil habitantes sendo a sua grande maioria jovens e por se localizar numa das regiões mais progressistas do Paraná, é considerada como uma promissora metrópole num futuro bem próximo.

A preocupação da atual administração municipal é o de aliar esse crescimento vertiginoso demográfico e econômico à preparação salutar, educacional e social de seus munícipes, especialmente de sua juventude e a construção de um Centro Poliesportivo seria sem dúvida de grande utilidade e viria em muito contribuir para

Curitiba, quarta, em 20.02.91
esse intento.

REQUERIMENTO N° 057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário o envio de Expediente Oficial da Assembléia Legislativa ao Secretário dos Transportes, Senhor Francisco Deliberador Neto, solicitando o recapeamento asfáltico urgente da Rodovia que liga os Municípios de Umuarama à Xambrê.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência aos Prefeitos Municipais de Umuarama, Senhor Alexandre Ceranto e de Xambrê, Senhor Décio Jardim.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação da rodovia é sem dúvida de grande importância para o desenvolvimento de uma região, principalmente quando o seu uso essencialmente se dá para o transporte de safras agrícolas e produtos que representam a riqueza de uma comunidade.

O trecho compreendido entre Umuarama e Xambrê se encontra em péssimas condições de tráfego, acarretando grandes dificuldades e prejuízos para os que nela necessitam trafegar.

Portanto o presente pedido clama urgência e medidas eficazes para sua solução.

REQUERIMENTO N° 058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Umuarama, para a construção de 2.000 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se, que, se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão, tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes, possam realizar o sonho de

ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 059

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de São Jorge do Patrocínio, para a construção de 100 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão, tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes, possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Nova Olimpia, para a construção de 100 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por

mutirão, tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes, possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Maria Helena, para a construção de 100 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão, tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes, possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Cruzeiro do Oeste, para a construção de 200 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias

para as famílias de baixa renda.

O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão, tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes, possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 063

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Iporã, para a construção de 200 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão, tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes, possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Francisco Alves, para a construção de 50 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades cau-

Curitiba, quarta, em 20.02.91

sado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão, tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes, possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Altônia, para a construção de 100 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão, tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes, possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 066

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Pérola, para a construção de 100 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores

públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão, tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes, possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 067

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Xambrê, para a construção de 100 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O Programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por Mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Iporã-Cafezal, para a construção de 50 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que se dê ciência ao ilustre senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O deficit habitacional é sem dúvida

alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O Programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por Mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 069

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional de Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Umuarama-Herculândia, para a construção de 50 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O deficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O Programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por Mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 070

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional de Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Umuarama-Perobal, para a construção de 100 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O deficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo exodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O Programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por Mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 072

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional de Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Umuarama-Santa Eliza, para a construção de 50 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O deficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O Programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por Mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 071

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional de Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Umuarama-Ivaté, para a construção de 100 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê

ciência ao ilustre senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O deficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O Programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por Mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 073

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional de Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Umarama-Lovat, para a construção de 50 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O deficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O Programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por Mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 074

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional de Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Umarama-Serra Dourados, para a construção

de 50 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O deficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O Programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por Mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional de Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Assis Chateaubriand, para a construção de 300 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O deficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O Programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por Mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional de Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho,

solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Mariluz, para a construção de 200 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O deficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O Programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por Mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional de Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Umuarama-Vila Alta, para a construção de 100 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que, se dê ciência ao ilustre senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O deficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O Programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por Mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O Município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 078

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o

envio de expediente ao Secretário dos Transportes, Senhor Francisco Deliberador Neto, no sentido de que seja determinado recursos financeiros para a pavimentação asfáltica do trecho ligando a sede do Município de São Jorge do Patrocínio a rodovia PR 487, passando pela perimetral.

REQUER-SE, outrossim, dê-se ciência do aprovado ao Excelentíssimo Senhor Cláudio Ap. Alves Palozzi, digno Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O trecho acima citado representa um corredor de escoamento da safra agrícola do Município oportunizando principalmente aos pequenos produtores levarem seus produtos para outros centros para comercializarem, mas que infelizmente por dificuldades na manutenção do estado físico, tem causado sérios prejuízos aos agricultores. As chuvas impedem a saída de veículos, principalmente os mais pesados e quando há a estiagem forma-se verdadeiras crateras devido a natureza do solo ser de arenito do caluá.

A Administração Pública por mais esforçada não consegue manter em condições a estrada, a qual só vemos uma solução definitiva a qual seja a de asfaltá-la e por isso pedimos ajuda ao Governo do Estado.

REQUERIMENTO N° 079

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Arthur Antunes Coimbra, mui digno Secretário Nacional de Esportes, no sentido de solicitar recursos financeiros para a conclusão do Ginásio Esportivo de São Jorge do Patrocínio, em fase de acabamento.

Do requerido, solicita-se envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Cláudio Palozzi, Mui Digno Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O referido Ginásio faz parte de obras iniciadas na atual gestão com recursos do Estado e do Município, mas insuficiente para a sua conclusão, visto a alta inflação e dificuldades econômicas e financeira pelas quais passam todos os municípios.

Os municípios reivindicam há muito tempo uma área de lazer e para a prática de esportes, e sentem-se frustrados momentaneamente por não verem a obra concluída, apesar dos esforços desmedidos da Administração do Prefeito Palozzi.

Curitiba, quarta, em 20.02.91

REQUERIMENTO N° 080

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, voto de profundo pesar, pelo passamento do Senhor JOAQUIM ROMEIRO CINTRA, ocorrido em Curitiba, em data de 14 de fevereiro do ano em curso, com idade de 47 anos.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Natural da Cidade de Jacuí, Minas Gerais, o Senhor Joaquim Romeiro Cintra, era bancário, funcionário do Banco BAMERINDUS, em Curitiba. Filho do Senhor Vitor R. Cintra e da Senhora Mariana Luiza Cintra, casado com a Senhora Maria Aparecida Cintra, sem filhos.

O lamentável acontecimento abalou a sociedade curitibana, onde o mesmo gozava da maior estima e admiração dos muitos amigos que possuía.

REQUERIMENTO N° 081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor OZIERES SILVA, Digníssimo Ministro da Infra-Estrutura, no sentido que seja envidado esforços para a liberação de recursos financeiros para a conclusão da obra da Ponte Camargo, no Município de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação antiga e de alta importância para o desenvolvimento do Paraná, a ponte ligará os Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná num dos aspectos mais significativos para a economia do País, o qual seja, o escoamento de safras, de grãos, de alimentos, gerando divisas não só para o município, como para o País.

REQUERIMENTO N° 082

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Assembléia Legislativa ao Senhor Francisco Deliberador Neto, digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento da rodovia que liga o Município de Umuarama a Alto Piquiri, na altura do Distrito de Perobal (em Umuarama), passando pelo distrito de Saltinho do Oeste (no Município de Alto Piquiri).

Requer-se ainda, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, dê-se ciência ao

Senhor Secretário de Estado dos Transportes, aos Prefeitos e Câmaras Municipais das Cidades envolvidas.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O trecho citado, abandonado por administrações anteriores, tem causado um grande prejuízo aos moradores da Região e à economia local, pois em épocas de chuvas não permite o tráfego e escoamento das colheitas e quando a estiagem assola a Região, dificulta o trânsito pela formação de grandes crateras oriundas da erosão, própria do tipo de solo existente.

Aquela comunidade há muito vem sofrendo com a má conservação da estrada e as Prefeituras não conseguem manter a ordem, ocorrendo a evasão de famílias inteiras, trazendo grandes prejuízos econômico e social para aquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 083

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor ALCENI GUERRA, Digníssimo Ministro da Saúde e Excelentíssimo Senhor ÁLVARO DIAS, Governador do Estado, no sentido de que seja destinado recursos financeiros, através de convênios, com o Município, para a construção do HOSPITAL REGIONAL DE UMUARAMA.

Outrossim, requer ainda, que se dê ciência da decisão desta Casa de Leis aos Senhores Alexandre Ceranto, digno Prefeito Municipal de Umuarama e o Vereador Inácio Pereira Pinto, Presidente da Câmara Municipal local.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A posição geo-econômica do Município de Umuarama na Microrregião 11, circundada por 23 municípios que gravitam ao seu redor numa dependência estratégica, faz com que a Cidade receba diariamente grande contingente de pessoas e de solicitação de serviços, especialmente na área de saúde, inclusive de famílias oriundas do vizinho Estado do Mato Grosso do Sul e do Paraguai. A sobrecarga que afeta a "Capital da Amizade" acarreta uma desproporção no atendimento desses serviços, prejudicado sensivelmente pelo inchaço demográfico mencionado.

A necessidade de existir um Hospital Regional em Umuarama é de muito constatada e reivindicada pelas autoridades municipais, acreditando que só com a interferência decisiva do Estado e da União em convênio com o Município, é que amenizaremos esse grave problema, o qual seja o da saúde.

REQUERIMENTO N° 084

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Assembléia Legislativa ao Secretário dos Transportes, Senhor Francisco Deliberador Neto, solicitando o asfaltamento da Estrada Boiadeira no trecho que atravessa o Município de Umuarama.

Requer-se, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, dê-se ciência ao Prefeito Municipal de Umuarama, ao Presidente da Câmara Municipal de Umuarama, Senhores Alexandre Ceranto e Inácio Pereira Pinto, respectivamente.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Estrada da Boiadeira, como é conhecida no Município de Umuarama, atravessa um trecho de várias propriedades agrícolas cuja necessidade de sua utilização fica bastante prejudicada em épocas de chuvas, tornando-se intransitável, e quando há o período de estiagem, forma-se crateras intransponíveis, devido a natureza do solo arenito do caiúá, originando imensas erosões.

Trata-se de importante artéria que corta o Município, cuja pavimentação é reivindicação antiga, e sem dúvida trará grandes benefícios para os produtores rurais.

REQUERIMENTO N° 085

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Assembléia Legislativa ao Excelentíssimo Senhor ÁLVARO DIAS, mui digno Governador do Estado, solicitando a intervenção junto ao Governador do vizinho Estado de São Paulo, para que este determine o fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira-Jupiá, pertencente a Centrais Elétricas de São Paulo - CESP, visto estarem provocando inundações das várzeas às margens do rio Paraná.

Requer-se, outrossim, dar-se ciência da decisão desta Casa de Leis, aos Senhores Prefeitos Municipais e Presidentes de Câmaras de: Umuarama, Icaraíma, São Jorge do Patrocínio, Guaíra, Altônia e Querência do Norte.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A região noroeste do Estado, margeada pelo rio Paraná, possui basicamente mini-

fúndios com pequenos agricultores que utilizam essas áreas próximas ao rio para o cultivo de arroz.

Com as dificuldades econômicas que estão enfrentando, com a falta de recursos para o plantio da última safra, fazendo com que tivessem que reduzir a área de plantio, eles só têm contabilizado prejuízos, que se agravaram com a abertura das comportas da Usina em tela.

Para exemplificar, no Município de São Jorge do Patrocínio, foram plantados 100 alqueires de arroz e estima-se a colheita de 25 mil sacas, mas se não forem tomadas as providências urgentes, toda a produção estará comprometida, já que o nível do rio Paraná vem subindo 4 centímetros por dia desde a semana passada.

REQUERIMENTO N° 086

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Assembléia Legislativa ao Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado a pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede de Umuarama ao Distrito de Vila Alta, passando por Roberto Silveira e Nova Jerusalém.

Do requerido, solicita ainda, o envio de notificação, dando ciência da decisão desta Casa de Leis, aos Senhores Alexandre Ceranto, José Ilton de Oliveira e Inácio Pereira Pinto, o primeiro Prefeito, o segundo Vereador e representante daquele Distrito e o último Presidente da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 20.02.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica do trecho compreendido entre a área urbana de Umuarama e o Distrito de Vila Alta é, sem dúvida, reivindicação antiga dos munícipes daquele local, uma vez que tendo acesso por Patrimônio como Nova Jerusalém e o Distrito de Roberto Silveira, estabelecerá ligação importante entre essas comunidades.

O escoamento da safra agrícola, bem como o transporte de mercadorias diversas e pessoas, tem apresentado grandes transtornos quando as chuvas assolam a região em questão.

Portanto, para amenizar a situação daqueles moradores e para fazer justiça a antigas aspirações daquele povo, é que apresentamos tal solicitação.

REQUERIMENTO N° 040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de correspondência dirigida ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, objetivando a pavimentação asfáltica ligando os Municípios de Irati e Imbituva.

A solicitação é no sentido de que o DNER delegue ao Governo Estadual o asfaltamento do aludido trecho, cabendo ressaltar que as obras de arte previstas no projeto de engenharia, já se encontram devidamente edificadas.

Fora de qualquer dúvida, a pavimentação asfáltica proporcionará incontáveis benefícios sócio-econômicos, notadamente assegurando o rápido e seguro escoamento das safras agrícolas. Ademais, os seus 28 quilômetros significarão a verdadeira integração daquela parte importante do Centro-Sul, interligando-a com o Norte do Estado e com a Região Sul do País, conforme prevê o traçado original da Transbrasiliana, a BR-153.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) ANTÔNIO TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando a construção de uma ponte na localidade de Campina do Guamirim, pertencente a municipalidade de IRATI.

Situada na estrada que serve de ligação dos Municípios de IRATI e REBOUÇAS, a construção de uma nova ponte porá fim à precariedade da passagem atualmente existente, o que muitas vezes tem até mesmo inviabilizado o escoamento de uma grande parte da produção agrícola daquela Região.

Pelos motivos expostos e uma vez constante no Plano de Obras do Departamento de Estradas e Rodagem, encarecemos a prioridade na execução da aludida obra.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) ANTÔNIO TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 089

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, pedido de informações, para que sejam respondidos os seguintes quesitos:

1) Existem tarifas diferenciadas para os serviços de água e esgoto? Se existem, quais os seus valores e como se aplicam?

2) O cálculo do valor devido, relativo à água e esgoto é feito com base no gasto real do usuário ou em faixas de consumo?

3) Se baseado em faixas de consumo, quais as aproximações e critério adotado?

4) Havendo bases de cálculos diferentes, exemplificar, em cada caso, como se chega aos valores finais, cobrados do usuário.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) ALGACI TÚLIO

Transcrição:

TRANSCRIÇÃO

REQUERIMENTO N° 091

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta augusta Casa de Leis, da reportagem veiculada no Jornal "Indústria e Comércio", de 18.02.91, em anexo, com o título: "Os Empreendedores", em que retrata a figura de um dos mais eminentes empresários do Paraná moderno, o ilustre amigo JOEL MALUCELLI; ao mesmo tempo em que envia-lhe votos de congratulações pelas comemorações alusivas ao dia 22 de fevereiro vindouro, em que seu grupo de empresas, estratificadas em 11 segmentos da maior importância da economia nacional, completa 25 anos, o Jubileu de Prata.

Requer ainda, que do mesmo se dê ciência ao insigne paranaense, cujo endereço para correspondência é o seguinte: Rua Bento Viana, 780 - Água Verde, CEP: 80.410, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A solicitação do registro da matéria veiculada no Jornal "Indústria e Comércio" nos Anais desta augusta Casa de Leis, deve-se ao fato de que a referida reportagem retrata toda a caminhada de um ser humano que fez, sobretudo, do trabalho a sua razão de viver, conjugada a sua personalidade forte, determinada, ousada, audaciosa e corajosa enquanto investidor, sem jamais ter esquecido os seus primeiros passos que o levaram ao sucesso, e o seu jeito simples que não robusteceu-se do estigma dos "new rich", demonstrando sua sensibilidade quando aprecia quadros de Andersen - o chamado "Pai da Pintura Paranaense" - ou de seus discípulos, como Theodoro De Bona, Amélia Assumpção, Freysleben, ou mesmo um "moderno" de Juarez Machado, entre outros, tanto quanto aprecia a todos àqueles que labutam ardorosamente em prol do progresso e do desenvolvimento.

Senhores Deputados, é também oportuno, neste momento, em que o seu Grupo comemora 25 anos, prestar uma homenagem ao cidadão Joel Malucelli, que nesse período trouxe diversificadas perspectivas de crescimento

ao nosso Estado, não somente no plano econômico de geração de impostos e outros decorrentes, como no plano social criando cerca de 2.500 empregos diretos e 4.500 indiretos, além de viabilizar o aproveitamento da mão-de-obra especializada em diversos setores da Indústria, do Comércio e da Agropecuária, dentre outros serviços.

Desta feita, Senhores Deputados, é sem sombra de dúvida, dada a sensibilidade e perspicácia empresarial de Joel Malucelli, que transformou-se de um menino pobre em empresário muito bem sucedido, é que constatamos que esse ser humano teve na sua prática e no seu cotidiano a perseverança e a consciência do seu papel como empreendedor, a sua bandeira de lutas; razão pela qual solicitamos a anuência dos demais nobres Pares desta Casa, para a aprovação desse requerimento.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 011/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica alterado o Memorial Descritivo contido no artigo 1°, da Resolução n° 151/90, de 19 de dezembro de 1990, que passa a ser o seguinte:

"Art. 1° -

Tendo como ponto de partida um marco cravado entre as margens no Rio Caratuva e a linha de limite territorial do Município de Irati, segue confrontando com esta pelo rumo 85°00'NW com a distância de 7.950m. Deste ponto deflexiona-se à direita, à esquerda e à direita novamente, confrontando com a linha de limite territorial com as terras do Município de Prudentópolis, respectivamente nos seguintes rumos e distâncias: 20°00'NE em 1.157m; 26°00'NW em 1.134m e 05°00'NW em 538m, chegando às margens do Arroio Junqueira. Deste ponto segue arroio abaixo com distância de 3.218m, confrontando pela nova linha territorial de limite, com terras do Município de Imbituva no rumo 74°00'NE com a distância de 4.120m, chegando às margens do Arroio do Ansolin. Deste ponto segue arroio abaixo confrontando com terras do Município de Imbituva, com a distância de 6.940m, chegando na confluência do referido arroio com os Rios Perdido e Caratuva. Deste segue em direção ascendente pelo Rio Caratuva confrontando com a antiga linha de limite territorial com terras do Município de Irati, com a distância de 9.632m, chegando-se ao ponto onde se faz princípio e onde se encerra a presente descrição com área de 55.697.674,00m² (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil e seiscentos e setenta e quatro metros qua-

drados)".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 012/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica alterada a redação do Memorial Descritivo, contido no Art. 1°, da Resolução 146/90, promulgada em 19 de dezembro de 1990, que passa a ser o seguinte:

Art. 1° ...

"Começa no Rio Verde ou Boi Pigúá, no ponto de encontro da linha de divisa entre as Colônias Peruíbe e Pindorama. Seguindo por esta divisa rumo leste - Divisa intermunicipal com Jesuítas - até atingir o Rio Central ou Jesuítas, sobe por este - Divisa Intermunicipal com Nova Aurora e Cafelândia - até alcançar a divisa entre as Glebas 5 e 6 da Colônia Pindorama, segue por esta divisa rumo oeste - Divisa Intermunicipal com Cafelândia - até alcançar o Rio Verde ou Boi Pigúá, desce por este - Divisa Intermunicipal com Tupãssi e Assis Chateaubriand - até alcançar a linha de divisa entre as Colônias Peruíbe e Pindorama, ponto de partida."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) DUÍLIO GENARI

Apoio: João Arruda, Lourenço Fregonese, Ademar Traiano e Domingos Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Resolução se faz necessário devido a constatação de erro na designação da metragem da área total a que alude a Resolução n° 146/90.

Com a modificação para a presente e correta designação por extenso da área acima mencionada, corrigir-se-á o que nela se encontra erroneamente.

Assim sendo, esperamos dos Nobres Pares desta Casa o devido apoio.

RESOLUÇÃO N° 146/90

DATA: 19 de dezembro de 1990

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Nova Aurora, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Palmitópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Curitiba, quarta, em 20.02.91

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Nova Aurora, para que a população decida sobre a criação do Município de Palmitópolis.

ao norte: limita-se com o Município de Jesuítas, confrontando com o rio Jesuítas e parte por linha seca;

ao sul: limita-se com o Município de Cafelândia, confrontando pelo rio Central, córrego Ubirajara e também por linha seca;

a leste: confronta-se com o Município de Nova Aurora, por estrada em espigão, que vai do córrego Ubirajara, passando pelo patrimônio de Alto Alegre, até o rio Jesuítas;

a oeste: confronta-se com o Município de Tupãssi, limitando-se pelo rio Verde ou Boi Piguiá.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.12.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica extinta a Verba de Representação atribuída aos Deputados Estaduais do Paraná, instituída por intermédio da Proposição nº 117/84, alterada por meio da Proposição nº 84/87, de 10 de novembro de 1987.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Proposições mencionadas no artigo anterior e todos os atos dela decorrentes, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

No mês de maio de 1990, após uma bateria de ataques da imprensa nacional e estadual sobre os privilégios a que os deputados estaduais e federais usufruíam, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por iniciativa de sua Mesa Executiva, houve por bem encaminhar Proposição ao Plenário da Assembléia Legislativa, extinguindo a Verba de Representação dos Deputados Paranaenses. Foi unânime o apoio dos parlamentares àquela proposição, que foi aprovada e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná na data de 01.06.90, sob forma da Resolução nº 028/90.

Estranhamente, passadas as eleições, foi apresentado um projeto de resolução que tornava sem efeito a Resolução 028/90, o que não só fazia voltar a Verba de Re-

presentação, como também permitia a este Poder ressarcir os deputados com os atrasados daquela Verba que não era paga desde junho, num total de mais de um milhão de cruzeiros, num acinte à população que havia renegado nas urnas de 03 de outubro de 1990 as velhas práticas escusas dos parlamentares aprovarem leis para beneficiarem-se a si próprios. Obviamente a proposição foi aprovada, sob os protestos da população paranaense que se sentiu mais uma vez traída pelos seus representantes na Assembléia Legislativa.

É por estes motivos que a Bancada do PT, por seus três representantes, vem propor a extinção desta Verba de Representação, esperando contar com o apoio desta Casa de Leis, com a mesma intensidade com que este Parlamento aprovou a sua extinção em maio de 1990.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 016/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o INSTITUTO "MONTE-SINAI" DE ASSISTENCIA SOCIAL, com sede e foro na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) JOAO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade com a finalidade de prestar ajuda de alimentos, vestuário, alojamento, medicamentos, passagens, encaminhamento para empregos, orientações, encaminhamento para tratamento especializado em outras cidades, e muitos outros atendimentos, sendo todos esses atendimentos feito a pessoas carentes e necessitadas, sem distinção de cor, raça ou credo religioso.

Conforme atestado da Prefeitura Municipal de Goioerê, o instituto em pauta não remunera em hipótese alguma a sua diretoria, e nem distribui bonificações, lucros ou qualquer tipo de vantagens, tendo o caráter único e exclusivo, como já pudemos constatar, de prestar serviços assistenciais às pessoas carentes.

PROJETO DE LEI Nº 017/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL DO MOVIMENTO BÍBLICO, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que o presente Projeto de Lei objetiva declarar de UTILIDADE PÚBLICA, constitui uma Sociedade Filantrópica, sem fins lucrativos, de cunho social e educacional, que tem por finalidade principal, dar assistência à população em geral, sem qualquer distinção, no atendimento médico-hospitalar, odontológico, alimentar e habitacional; no combate aos vícios em geral; assistência do ponto de vista moral e espiritual, enfim, inteiro apoio às necessidades prioritárias do ser humano, visando o seu aprimoramento tanto material quanto espiritual.

O trabalho que vem desenvolvendo nessa área é da maior relevância, contribuindo, sobremaneira, para a melhoria da qualidade de vida de dezenas e dezenas de famílias que por ela são assistidas, num exemplo inequívoco de amor, caridade e fé para com a pessoa humana.

Diante do exposto, nada mais justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o parlamentar com o inteiro apoio de seus pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 018/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARQUE N.S. DAS GRAÇAS, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A "Associação dos Moradores do Parque Nossa Senhora das Graças", de Ponta Grossa, que ora se objetiva declarar de Utilidade Pública, constitui uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade manter e desenvolver a união dos moradores, para que, através de estudos, debates e trabalhos cheguem as soluções de seus problemas e interesses comuns, bem como para a prestação de serviços sócio comunitários, propiciando-lhes condições as mais favoráveis para a elevação da qualidade de vida de seus membros.

Na qualidade de representante dos Moradores do Parque Nossa Senhora das Graças, tanto a nível Municipal e Federal, vem prestando inestimável contribuição à

sociedade pontagrossense, e, por extensão do Paraná, num trabalho que dignifica e engrandece os seus integrantes e que merece de nossa parte inteiro reconhecimento e gratidão.

Diante do exposto, nada mais justo que venha a ser reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o Parlamentar com apoio de seus pares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na última segunda-feira me pronunciei nesta tribuna a respeito da campanha "SALVE A AGRICULTURA, SALVE O SEU EMPREGO E A SUA CIDADE", baseado em levantamentos em várias regiões do Estado onde os pequenos trabalhadores da roça vêm se movimentando em busca de soluções para problemas enfrentados pela estiagem ocorrida em várias regiões do Estado e também pelo Plano Colô II que vem trazer sérios problemas à agricultura em geral e, especialmente, o pequeno produtor da roça, que sobrevive, única e exclusivamente, deste meio econômico.

Estive no dia de ontem na região Sudoeste do Estado onde várias cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos patronais, Associação das Câmaras de Vereadores da região, Associação dos Municípios do Sudoeste, ANSOP, em que num trabalho, assumido por todas as entidades presentes, se lançou a campanha "SALVE A AGRICULTURA, SALVE O SEU EMPREGO E SUA CIDADE". Os motivos já explanamos na última segunda-feira quando usamos esta tribuna. Queremos, novamente, trazer a este Plenário, a esta Casa alguns fatos que elucidam o nosso pronunciamento daquela segunda-feira.

Tenho em mãos aqui um projeto e um contrato assinado entre associações de pequenos produtores e o BADEP. Estes dois fatos, quero salientar, vêm confirmar, reafirmar a nossa denúncia de precariedade em que vive a pequena agricultura. Está neste Plenário, no auditório, três presidentes de três associações de pequenos produtores rurais: da APASO, Associação de Pequenos Agricultores, município de Sulina; Associação União dos Pequenos Agricultores de Flor da Serra, São João; APROSANTA, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Luzia, município de São Jorge do Oeste que estão nos procurando, além deles, vários outros senhores agricultores, diretores de associações em função de um lamentável fato de que, com a extinção

Curitiba, quarta, em 20.02.91

do BADEP, um projeto deste estilo e deste porte, depois de um ano e meio de estudo realizado por entidade, inclusive do Governo, com dados de toda a economia da região, está sendo jogado ao lixo porque a liquidação do BADEP não permite mais que se libere verbas para um projeto deste, que já estava aprovado, para que os pequenos agricultores possam construir moinhos comunitários e outras formas comunitárias de organização e de sobrevivência na pequena agricultura.

Um outro projeto, que tenho em mãos o contrato, que estava já com uma parcela liberada do financiamento. Os agricultores estão com um moinho, construído o prédio, construída a infra-estrutura, faltando colocar em funcionamento, e para que se possa começar fazer os pagamentos é preciso que o investimento produza e o BADEP, em função da sua liquidação, impede, agora, a liberação da segunda parcela quando, no próximo mês de agosto, essas 60 (sessenta) famílias de agricultores precisam começar a pagar o financiamento recebido não tendo o investimento produzido para poder pagar. É de informação dos presidentes dessas Associações, de que em função da dificuldade da pequena agricultura, agricultores já se manifestam de que esse projeto não tendo viabilidade, terão que abandonar o campo, procurar a cidade, procurar emprego, engrossar as favelas...

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo mais um minuto a V. Exa.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Concluindo, já distribuímos a vários Deputados, queremos pedir que os companheiros Deputados analisem esta proposta e reivindicação dos agricultores e que também façam o esforço possível para que não expulsemos e não façamos com que as cidades engrossem cada vez mais, principalmente as cidades agrícolas, onde o pequeno produtor precisa urgentemente de recursos e formas para sobreviver na pequena propriedade o que a política agrícola no geral está causando um desastre para a pequena produção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhora Deputada Emília Belinatti, única Deputada nesta Legislatura e que conhecendo muito bem seu marido de longa data, inclusive quando aqui chegamos juntos, além de Quielise Crisóstomo, Álvaro Dias e também nos encontramos aqui com Erondy Silvério, e tantos outros que já não se

encontram aqui, conheci Antônio Belinatti a partir daquela data e daí para cá tenho acompanhado de perto a sua caminhada política, suas vitórias e sei o que ele significa e representa para Londrina e muito particularmente para o Paraná.

Desejo então a sua Exma. Senhora Deputada que tenha, da mesma forma que seu competente marido, todo êxito aqui no cumprimento de seu mandato.

Prezados Senhores Deputados.

Decorrido o episódio da eleição para os membros da Mesa Executiva desta Casa e tendo eu pela primeira vez, me parece, ao longo dos anos nesta Casa tendo me destoaado, tomado posição diferente da minha bancada, o que não posso deixar de confessar que não era o que eu esperava e o que eu desejava, porque além de não ser o que eu imaginava não considero que politicamente seja aconselhável quando o Parlamentar ao contrário deve buscar a unidade do seu partido, lamentavelmente as coisas e os fatos me conduziram para que eu não votasse com a chapa vitoriosa encabeçada pelo ilustre Deputado Anibal Khury e assim sendo eu não poderia deixar de rapidamente, sem a pretensão de polemizar um minuto sequer sobre o episódio que considero já ultrapassado, mas de fazer rápidas considerações, muito especialmente uma das coisas que me gravou muito fundo foi conversando com o Deputado Alborghetti, não sei se em Brasília ou aqui, quando comunicado por S.Exa. de uma reunião de sua Bancada havia se concluído pela composição de integrantes de bancadas, cuja chapa foi vitoriosa, eu, dizendo ao Deputado Alborghetti que discordava, mas que eu pretendia discutir o assunto a nível de bancadas, e o Deputado Alborghetti disse: Basílio, eu não sabia que você era inimigo do Anibal Khury. Talvez aquelas palavras tenham feito que aqui eu estivesse para dizer que no gabinete do Anibal Khury, durante esses dois anos, eu só lá não estive nos dias que antecederam à eleição e que sabidamente Sua Excelência era candidato não à reeleição porque é uma nova Legislatura, mas à Presidência, e eu tinha posição definida de que não iria votar em Anibal Khury. Portanto, nesses dias apenas deixei de frequentar e de ir ao gabinete da presidência cumprimentar Anibal Khury, lugar costumeiro de encontro dos Senhores Parlamentares.

Nada de pessoal moveu-me nesse episódio. Tive motivos políticos que me levaram a proceder assim. Pessoalmente, quero aqui reiterar o meu apreço pessoal ao Deputado Anibal Khury, e o faço em função do tanto que se falou e de algumas coisas que vincularam na imprensa, e que nada tenho contra o Anibal. Ao contrário, tenho por ele estima - e reitero aqui -, e que essa

estima não se restringe a ele, mas como e da mesma forma não foi fácil para mim votar contra João Arruda, que é meu companheiro, dileto amigo, fraterno amigo, e não votei para João Arruda, como da mesma forma deixei de votar para Algaci Túlio para a 1.^a vice-Presidência, e também amigo e companheiro e que convivemos longos anos aqui.

Simplesmente queria deixar claro aqui, dando o fato como consumado de que foi um posicionamento exclusivamente político de minha parte, não tem nada a ver com situações pessoais, até porque parece que deixei bem claro.

Permitam-me fazer um registro de tudo o que aconteceu nesse processo eleitoral, pré-eleitoral, difícil e que resultou do Sr. Anibal Khury para Presidente, de João Arruda para 1.^o Secretário e de Ademar Traiano para 2.^o Secretário e os demais Senhores Parlamentares. E se alguma coisa resultou de bom para o Paraná - e me permite dizer - é que surge no Paraná uma oposição forte. Faz-me acreditar que essas forças que se juntaram e que se uniram agora no episódio da eleição da Mesa Executiva fazem-me pensar e acreditar que o Paraná terá aqui para frente o que nunca teve e eu que fui dois anos líder de oposição da minha bancada e, conseqüentemente, líder de oposição a Álvaro Dias, mas uma oposição pálida, sem imprensa, sem meios, sem recursos, sem voz, e agora parece-me - e acredito nisso que o Paraná terá uma oposição à altura, não aquela sistemática, oposição por oposição, mas provavelmente uma oposição construtiva que haverá de dar conhecimento das coisas que acontecem na vida pública ao povo do Paraná.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o assunto que me traz, além deste, e que passo a tratar neste instante, queria fazê-lo ontem, - talvez fosse a melhor oportunidade, mas como havia sido tomado o horário do Grande Expediente por outro Parlamentar, faço agora nesta oportunidade, são as denúncias do Senhor Governador Álvaro Dias que todos os jornais do Estado, especialmente os de maior circulação, noticiaram e ocuparam manchetes de primeira página.

Na "Gazeta do Povo" o destaque é que "ajuda os Estados e é o maior dos escândalos". Afirma o Senhor Governador do Estado.

Depois o "Correio de Notícias" diz que "Álvaro denuncia socorro do Banco Central a estados quase falidos". E também o Jornal "Curitiba Hoje" da mesma forma denuncia esta prática do Banco Central. E um outro jornal fala em números que, o "Correio de Notícias" ainda, de ontem, em primeira página diz: "Um trilhão de cruzei-

ros, o maior escândalo da história do País". Ainda o "Correio" sobre o assunto comenta: "Ao inaugurar o Parque de Exposições Paulo Carneiro Ribeiro em Salto do Lontra na Região Sudoeste, sábado passado, o Governador Álvaro Dias denunciou o que classificou como o maior escândalo financeiro da história do País, a emissão de títulos no valor de um trilhão de cruzeiros para socorrer estados que estavam à beira da falência (São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro)". Interessante que são os maiores estados do País.

"Segundo o Governador o escândalo maior foi com o Estado de São Paulo, onde o Banco do Estado estava há duas semanas descoberto e foi preciso o socorro do Governo Federal, por intermédio do Banco Central, com injeção de recursos para salvar a instituição quando, tecnicamente, cabia intervenção. O Governo Federal premia a ineficiência, ao invés de estancar a hemorragia da inflação. Este ato é uma demonstração de fraqueza do Presidente Fernando Collor de Mello. Disse o Senhor Governador."

Continua: "Para Álvaro, o Governo Federal quer combater a inflação achatando os salários dos trabalhadores enquanto que, de um golpe só, lança um trilhão de cruzeiros em títulos da vida pública para provocar mais inflação". E ainda, "de que adianta o congelamento dos salários e preços se, em uma assinatura, o Presidente Collor de Mello destrói todo o esforço do povo brasileiro para combater a inflação".

E continua o jornal na denúncia gravíssima, - eu entendo, que faz o Senhor Governador do Estado ao Banco Central e, conseqüentemente, ao Presidente da República.

Todos sabemos e nós que conhecemos a forma com que o Senhor Álvaro Dias procede principalmente nestas horas de oposição, na crítica, ele usa todas as palavras e é agressivo. Mas também não se pode deixar de considerar que a denúncia quando deveria partir de um parlamentar de oposição surge do Senhor Governador, daí chamar-me a atenção.

Nós também estamos acompanhando a luta pela eleição da Presidência do PMDB Nacional. Essa disputa está entre o Governador de São Paulo, Orestes Quércia, e agora Álvaro -, e a imprensa informa que autorizou o Partido a registrar o seu nome, ou considerar o seu nome como candidato à Presidência do Diretório Nacional. Nós também conhecemos algumas declarações veiculadas em jornais de São Paulo, quando a imprensa nítida que se tem é de que o Governador Orestes Quércia discorda das afirmações reiteradas do Governador do Paraná quando se refere à saúde financeira do Es-

O SR. FLORISVALDO FIER - (Dr. Rosinha) -
Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Em seguida.
Quando o Senhor Governador do Estado diz que o Estado está em plena saúde financeira e econômica, e dispara críticas ao Governo de São Paulo, Orestes Quércia, e também tem recebido de lá para cá respostas, onde segundo o Governador de São Paulo, as finanças do Paraná não estão tão bem quanto diz o Senhor Governador do Estado aqui. Tenho um recorte de jornal aqui, de ontem, quando o Governador Álvaro Dias desafiou aqueles que não acreditam no saneamento financeiro do Estado, alcançado durante a sua administração, a procurarem nos balanços do Governo provas ou mesmo indícios de que se as contas do Paraná não estão rigorosamente em dia, que o caixa do Tesouro não dispunha de superávit. Este convite foi feito no dia dezoito, em seu gabinete, durante a assinatura de um termo de contrato com as construtoras PM e Zortea para início das obras de quatro terminais de calcário no Estado. Disse o Governador: "É só procurar saber se o Estado está pagando suas contas a seus funcionários...", recomendou Álvaro, "... se não acreditam no que enxergam, então não sei o que é possível fazer". Mas, também estamos informados de que o Governo do Estado do Paraná, que passou um período, parece-me que de um ano, com alguns atrasos a pagamentos de empreiteiras, agora as notícias que temos é a de que o Estado está cumprindo rigorosamente, além do pagamento dos seus funcionários, os fornecedores e empreiteiras do Estado. Por outro lado - e aqui estou me valendo porque são coisas recentes é eu não queria perder a oportunidade deste registro, pois considero da maior importância as palavras do Senhor Governador, já que se refere Sua Excelência a Estado mais importante do País e também de uma atitude condenável do Senhor Presidente da República e do Banco Central -, queria também fazer, concluindo aqui, uma leitura do que diz um jornalista tão conhecido pelo Paraná, o Mazza, por quem todos nós temos o maior respeito, que diz: (lê): Como vão as nossas letras? O último lote de letras do Tesouro Estadual que o Paraná emitiu, foi de 150 milhões de dólares, para cobrir o famoso empréstimo dos empreiteiros, junto ao BANESTADO. Seu resgate se dará em 1993, 1994 e 1995. Portanto, nos últimos anos da gestão Requião. As emitidas anteriormente, no final do Governo José Richa, já sob o comando de João Elísio, foram pagas em novembro do ano passado, e que seria um dos últimos atos que permiti-

ram o saneamento financeiro até agora desfrutado. Quanto aos precatórios e requisitórios, no fim deste mês, para ser preciso, no dia vinte e sete, o Governo deve pagar 1/8 do total, conforme o preceito constitucional, que atinge 898 milhões de cruzeiros. Os Estados mais ricos do País: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estavam obrigando o Banco Central a dispendar, diariamente, cerca de cem milhões de cruzeiros para a rolagem de suas respectivas dívidas. Daí, com a continuidade do aperto, pediram água e fizeram um acerto que se estenderá, logicamente, às demais unidades federativas. Um incidente perfeitamente previsível pelos coordenadores da política monetária. A de maior dureza significaria a quebra dos bancos estaduais e a falência concreta por exaustão financeira, daquelas unidades federativas".

E, ainda, na coluna do Mazza, referindo-se à provável vinda pelo primeiro escalão de Carlos Lessa, onde no final, diz o seguinte: (lê) "O Paraná não precisa de milagre nem de temiurgo (sic). A situação financeira do Estado não é a que parece badalada por aí, como se vivêssemos no melhor dos mundos. A "Gazeta do Povo", diz ele, "de domingo, relacionou um total próximo de dez milhões de BTNF's em dívidas dos órgãos estaduais com a Previdência Federal. Isso é refresco, perto do resgate que começa, das letras do Tesouro Estadual e dos bilhões em precatórios e requisitórios ..."

O Sr. Algaci Túlio - Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Em seguida. Bem, nós também, e esta Casa, sabem que o Paraná não tem mais o seu Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, o BRDE, por entender o Senhor Governador do Estado, e propôs a esta Casa a saída do Paraná do sistema, do CODESUL. E esta Casa, e eu também votei. Convenceu-me os argumentos do Governo do Estado.

Foi constituída, para tanto, uma comissão especial, desta Casa, cujo relatório foi apresentado pelo Deputado Rubens Bueno. E nós sabemos, que depois e em seguida, o Governador pressionado, ainda, pelo Banco Central, propôs a extinção do BADEP. E rapidamente, para se ter uma idéia da situação, é que dívidas da CIC e do Grupo Atala, diz: "os devedores do BADEP terão que negociar diretamente com o Banco Central, depois que a liquidação extrajudicial for decretada. No total, as dívidas de empresas com o Banco atingem 525 milhões de dólares. Somente duas empresas: a Cidade Industrial de Curitiba e

o Grupo Atala têm débitos que atualmente somam, juntos, a 408 milhões de dólares. A dívida dos Atala vem sendo rolada há mais de dez anos e já implicou no arresto de bens do Grupo, os quatro irmãos Atala, no Norte do Estado ..."

Segundo José Pio Martins o total hoje é de 302 milhões de dólares, a dívida da CIC é contestada pelo Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner. Segundo a auditoria da Price Whiterose, realizada há alguns meses o débito seria de 190 milhões de dólares. Dessa quantia, cerca de 106 milhões de dólares seriam com o BADEP, o restante seria com o Banestado e o BRDE.

Pois bem, Senhores Deputados, Senhor Presidente, o registro que achei oportuno fazer, dada a repercussão que considero ter havido em todo o País das palavras do Senhor Governador, é de que em se tratando de uma determinação, provavelmente, do Senhor Presidente da República, para que o Banco Central atenda quatro ou cinco Estados mais ricos do País, com a emissão de, segundo os jornais de um trilhão de cruzeiros, que o Paraná não ficasse apenas na crítica, ainda mais nesta oportunidade em que o futuro Governador, o Governador eleito encontra-se no Rio e em Brasília, fazer os contatos necessários para que o Paraná também se inclua entre os Estados atendidos. Porque nós também não estamos num mar de rosas não. Nós podemos ter, em relação ao Estado de São Paulo e a outros Estados, uma situação econômico-financeira melhor, eu acredito nisto, e acredito e quero acreditar em todas as afirmações do Senhor Governador, quanto à saúde financeira do Estado, mas longe do Paraná, nesta oportunidade, limitar-se à crítica porque nós também temos problemas seriíssimos, começando no BRDE, problemas do BADEP, e agora, às vésperas da posse do futuro Governador. Eu considero da maior importância que o Governo do Estado, que o Paraná bata às portas do Banco Central, para dizer que nós também temos problemas enormes. Que nós temos contribuído demais para a União, com nossos recursos carreados para a União, para o desenvolvimento de outras regiões que não a do Sul, mas que também não podemos nos limitar a dizer que o Banco Central comete uma escandalosa emissão de milhões de cruzeiros.

Concedo o aparte ao caro Dr. Rosinha.

O Sr. Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) -

Agradeço o aparte concedido por Vossa Excelência e gostaria de comentar alguns fatos a respeito do colocado.

Eu acredito que Álvaro Dias, nosso Governador, não tem moral nenhuma para denunciar achatamento salarial por parte do Governo Collor, uma vez que é o que ele mais tem feito em relação ao servidor

público estadual. E, quando estes servidores se manifestam, em descontentamento, ele manda a repressão da Polícia Militar, como já aconteceu mais de uma vez, principalmente com os professores da rede pública estadual.

Também em relação às eleições para Presidente, Álvaro, acredito não tem nenhuma moral para criticar o Governo Collor, uma vez que ele dizia que não estava apoiando ninguém, quando todos sabiam que era o próprio Collor que ele apoiava. Ele deixou isso claro nas entrelinhas.

E, a respeito dessa denúncia que ele está fazendo agora é uma questão muito mais interna do PMDB, uma vez que os favorecidos, Orestes Quércia, Nilton Cardoso, Sinval Guazelli e Moreira Franco, são todos do PMDB. Provavelmente é inveja que ele está tendo, porque não há transparência para se saber se as contas do Banestado estão em dia, coisa que provavelmente não estão, e vai dar problema na próxima administração, de Roberto Requião. Então ele está com inveja dos demais Governadores terem recebido e ele não. E acho, dá a entender que Álvaro realmente teve este problema porque ele não saiu nem candidato.

Eu agradeço o aparte.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - É, Vossa Excelência tem razão quando se refere que trata-se, e quer me parecer que daí tenha surgido a reação do Governador Álvaro Dias, foi para alcançar, para atingir o Governador Orestes Quércia, seu adversário principal neste pleito, a ida à direção do seu Partido, do PMDB. Mas, eu também considero Deputado, Dr. Rosinha, permita assim chamá-lo, porque é o nome Parlamentar, de que esta é uma hora de entendimento Nacional; eu, quando eu vejo agora, estamos todos assistindo, lideranças inclusive do Partido de Vossa Excelência, os Partidos que fazem oposição mais acirrada e mais frequente, constante no Congresso Nacional, estão agora, os Partidos, através de suas Lideranças, sentados à mesma mesa procurando fazer um plano para esse Plano econômico, número dois, Plano Collor número dois, e o plano não deve ser do Collor e sim do Brasil; tomara que o Executivo, congressistas encontrem solução para amenizar o sofrimento, principalmente da classe trabalhadora do Brasil.

A intenção, eu repito, de fazer aqui esse registro, foi de que o Paraná, especialmente agora sem o BRDE, extinção do BADEP, com problema seriíssimo aí nos primeiros dias do futuro Governador Requião, é preciso que o Estado procure bater as portas de onde quer que seja, agora especialmente o Banco Central, para ajudar a

Curitiba, quarta, em 20.02.91

solução da sua situação financeira, do seu esquema financeiro no Paraná, que é imediato, é urgente, é agora; não há Banco de Desenvolvimento do Paraná enquanto não se instalar sob forma de carteira ou não, vai depender da vontade do Executivo evidentemente com a aquiescência desta Casa, se o Banestado, ou de outra forma haverá solução.

Concedo o aparte ao Deputado ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vossa Excelência prossegue na tribuna com mais sete minutos e meio de horário das Lideranças do PFL.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Basílio Zanusso, nós acompanhamos atentamente o seu pronunciamento e também temos a nossa preocupação, como deve ter todo o Paraná em relação às notícias; ora o Paraná está sobrando dinheiro, está com superávit, ora o Paraná não tem dinheiro. E a propósito, quando o Senhor fala de alguns meios de comunicação que citaram a situação diferenciada no Paraná, eu tenho em mãos também aqui um editorial da "Revista Exame", agora no mês de fevereiro, onde o articulista fala: "De pires na mão, Governadores assumirão Estados falidos". E faz uma análise de alguns Estados, fala da rolagem de dívidas no fundão, que ela dependerá do aval de Brasília. E lá quase no final deste editorial diz o seguinte: "No Paraná, o superávit de 6,2 bilhões de cruzeiros em 1990 não passou na realidade de uma manobra contábil, o Governador Álvaro Dias renegociou dívidas com empreiteiras no valor de 40 milhões de dólares, jogando-as para o orçamento deste ano; seu sucessor, Roberto Requião, vai herdar ainda uma dívida mobiliária de 745 milhões de dólares quase três vezes maior que a existente quando Dias assumiu o Governo". Então, tudo isso nos preocupa e tem toda razão Vossa Excelência quando o momento é o momento de entendimento Nacional e não se pode por questões políticas, meramente políticas partidárias, onde se disputa a presidência de um Partido, levar um Estado todo de roldão, no momento que o Paraná poderia evidentemente também usufruir, que me parece não é nenhum privilégio e nenhum benefício, mas é uma necessidade dos estados em função de dívidas. Poderia também o Paraná ter entrado neste bolo, a exemplo de São Paulo, Rio, Minas, Rio Grande do Sul. Então, isso nos preocupa, esta Casa que já fez tanto pedido de informações ao Governo do Estado, à Secretaria da Fazenda procurando saber como está a situação do Paraná, infelizmente ou não são respondidos ou vêm respondidos com meias informações. En-

tão, está com toda razão Vossa Excelência e nós também estamos preocupados a final de contas, estamos com superávit ou com déficit? O Governador que vai entrar eu tenho certeza que em menos de seis meses, o futuro Governador vai sair por aí falando que pegou o Estado falido.

Muito obrigado!

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Deputado Algaci Túlio. Vossa Excelência ainda mais pelo fato de ser o 1º vice-Presidente desta Casa e já vem de legislaturas anteriores, e como nós que estamos aqui como Vossa Excelência, conhece a dificuldade que tem o Poder Legislativo em conhecer esses números, quando o Legislativo discute números com o Executivo nós ficamos à mercê de informações de funcionários, aquilo que nos dão, de papelzinho na mão, tudo oficialmente, sem responsabilidade alguma porque nós não temos o controle da execução orçamentária do Estado, talvez essa Legislatura tenha, e já ouvi pronunciamento do Senhor Presidente Anibal Khury a respeito no final da Legislatura que se findou, talvez seja uma das maiores preocupações desta Casa, aparelhando-a, capacitando-a de forma a informar os Senhores Parlamentares da realidade financeira do Estado, quando nós falamos aqui da arrecadação, por exemplo, do Estado das despesas, dos dispêndios, nós não sabemos nada, essa é que é a verdade. O Poder Legislativo vale-se de requerimentos que pedem informações da Secretaria nos informar qual é o dispêndio, qual o número de funcionários? Não sabemos nada, muito pouco, e Vossa Excelência percebe, agora, que nós nos valemos de informações de jornais, de notícias e que trazemos aqui.

Portanto, Deputado Algaci Túlio, essa questão da interrogação que Vossa Excelência fala, dos números, se existe jogo contábil ou não, eu quero acreditar nas palavras do Senhor Governador Álvaro Dias. Mas também tenho consciência de que esta Casa somente conhecerá a realidade do Estado quando ela for competente para obter essas informações, aparelhando-se, conforme já disse.

Concedo aparte ao Deputado Ernani Pu-dell.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu inicialmente quero em nome da Bancada do PT parabenizá-lo pela sua postura corajosa na escolha da Mesa, e gostaria de dizer também que a polidez, a elegância com que Vossa Excelência colocou as informações talvez muitos não percebiam que me parece que Vossa Excelência colocou o dedo na ferida aí. O que nós temos visto e assistimos aqui o pronunciamento do Senhor Governador do Es-

tado o Paraná é uma ilha da fantasia, é um oásis nesse País de crise e agora começa a aparecer os dados reais da situação econômica e financeira desse Estado. Nós sabemos que o futuro Governador que irá assumir agora terá em suas mãos uma queda brutal na arrecadação do ICM, agravada inclusive por recente medida do Governo Collor que praticamente isentou a carne do recolhimento do ICMS. Nós sabemos que houve, na verdade, uma manobra contábil isso que diz "à boca pequena" nesse Estado de que o Governo do Paraná para atender interesse de empreiteiras teria emitido títulos que teriam sido absorvidos pelo Banco do Estado do Paraná, esses títulos, toda essa dívida que está sendo jogada para frente irá certamente comprometer a ação do futuro Governo do Estado que terá no momento de crise tão grande como o que nós estamos vivendo, onde a recessão o desemprego, as demandas sociais se avolumaram cada vez mais, nós teremos, infelizmente, uma situação em que a grande maioria da população, que esperaria do Governo, uma ação que minimizasse os efeitos dessa terrível crise social terá que infelizmente, ficar uma vez de mãos abanando, porque nós temos a irresponsabilidade de um governo, que gastou e gasta milhões e milhões para publicar e promover a sua imagem no Brasil inteiro, numa campanha para presidência de um partido.

É uma irresponsabilidade muito grande. Então, eu fico feliz, que Vossa Excelência tenha feito esse registro, e fiquem certos, e eu quero conchamar aqui, fazendo nossas as suas palavras, no sentido de que esta Casa definitivamente assuma as suas prerrogativas e parta para uma fiscalização concreta, efetiva e pura sobre a ação dos Governos Estaduais.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Depois do aparte do jovem e ilustre líder do PT, devo apenas reiterar que não houve outra intenção de minha parte, senão a do registro, dizer que o Estado do Paraná não deve ficar à margem dos benefícios que porventura outros Estados recebam do Banco Central.

Mas, quero também dizer que continuo acreditando nas declarações do Sr. Governador Álvaro Dias. Os números ele tem noticiado nas conquistas do governo. Evidentemente que o futuro governo, muito embora sendo do mesmo partido, esta Casa terá maiores informações, mas, eu não tenho nenhuma dúvida, a não ser que os fatos provem o contrário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhando à Mesa no dia de hoje, um pedido de informação baseado no novo Regimento da Assembléia, baseado na Constituição Federal e na Estadual também, exatamente em cima dos assuntos até abordados aqui de passagem, com relação à propaganda que vem sendo feita sistematicamente pelo governo do Estado. Ainda nos últimos dias, nós acompanhamos e ficamos até estarecidos quando vimos a propaganda a respeito da Segurança Pública do Estado do Paraná. É público a falência da nossa Segurança Pública. E nós temos dados, temos informações de que há delegacias que não possuem veículos, há Delegacias que não possuem equipamentos, os módulos policiais foram desativados, a criminalidade, além do problema social que auxilia também no aumento dela, ela aumenta também em consequência da falta de meios da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Esse é um dos motivos.

O outro motivo, nós vimos, estamos vendo aí na televisão, que esse governo fez 54 mil casas populares. Eu gostaria até de apelar a cada um dos Deputados que representa os municípios para que obtenha informações de seus municípios, quantas casas os seus municípios receberam durante os 4 anos do governo Álvaro Dias, e além do problema do abuso da propaganda pessoalística do Governador Álvaro Dias, que há uma diferença, e eu vou dizendo bem claro já, há uma diferença em relação à propaganda, que não é propaganda, mas, que é informação prestada pela Prefeitura. Não vai o nome do Prefeito Jaime Lerner, na do Governador, vai o seu nome. Então, dentro do que preceitua o novo Regimento da Casa, na Sessão, dois, que fala das indicações:

(Lê artigo 128 do Regimento Interno).

Então, o meu requerimento tem o seguinte teor:

"Nos termos do que é facultado pelo artigo 128 do regimento interno, que eu acabei de ler, deste Poder Legislativo e, tendo em vista o disposto no parágrafo 1º do artigo 37 da Constituição Federal, parágrafo 1º artigo 27 da Constituição Estadual..." E aqui o da Federal diz:

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Então, solicito o pronunciamento do Plenário desta Assembléia Legislativa sobre a legalidade e constitucionalidade dos atos que deram origem e mantêm a cam-

pânha publicitária que vem sendo levada a efeito em todas as televisões do Estado, enaltecendo as realizações do Governo do Estado. E justifica-se esta indicação por estar patente que veiculação do nome do Senhor Governador, ao mesmo tempo em se enaltecer as obras do seu governo, fere, frontalmente, o disposto no citado § 1º do artigo 37 da Constituição Federal e repetido no § 1º do artigo 27 da Constituição Estadual, que proíbe taxativamente o uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Nós aqui nesta Casa, no ano passado, no ano retrasado, encaminhamos vários Pedidos de Informações tentando saber quanto se gastava, como é que se aplicava esta verba na área de comunicação social. Agora ainda, no dia 22 de janeiro também, já encaminhamos um outro pedido de informações, claro há um prazo regimental de trinta dias, mas até agora não recebemos também a sua resposta. Por esta razão é que utilizamos, talvez inaugurando até aqui a seção II deste Regimento Interno da Assembléia, é que nós, baseado no artigo 128, pedimos, então, à Mesa da Assembléia que encaminhe à comissão responsável, à comissão competente para que possamos ter, dentro do prazo legal, as respostas necessárias e as medidas que deverão ser tomadas pelo abuso que se pratica no uso da publicidade.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado Algaci?

(Assentimento).

Embora já no final da sua oração decidimos interpellá-lo porque gostaríamos Deputado, e é nossa intenção ver esclarecidas essas dúvidas que Vossa Excelência traz a nós, apenas com uma ressalva de que entendemos que essa indicação deva permanecer com o Presidente por ora, porque não temos nenhuma comissão ainda instalada pelo que nos consta, que Vossa Excelência na condição de Vice-Prefeito de Curitiba pudesse, talvez, trazer ao conhecimento desta Casa, não é obrigatório evidentemente, isto seria com a Câmara de Vereadores, porque também o Prefeito Jaime Lerner, do qual Vossa Excelência merecidamente é o Vice-Prefeito, utiliza-se de símbolos: aquela folhinha verde que vem e entra ali pelos cantinhos do "b" e do "a" está sendo conhecida; é uma marca que caracteriza muito bem a ecologia e o trabalho que vem fazendo o Prefeito Jaime Lerner. Então, utilizar-se marcas, se é proibido para o Governador Álvaro Dias, eu acho que também o será para o Prefeito Jaime Lerner e para Vossa Excelência que tem ocupado a Prefeitura em algumas ocasiões.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu agradeço e até aproveito o "gancho" que me dá Vossa Excelência para lhe esclarecer que acho que Vossa Excelência também deve ter o orgulho de morar temporária ou definitivamente em uma cidade que é a capital ecológica do País...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Moramos no mesmo bairro por sinal, não é Deputado!

O SR. ALGACI TÚLIO - ... É, somos vizinhos, por sinal da 2ª Zona Eleitoral. E se não é ainda aquela cidade que nós queremos, se Deus quiser ela chegará, e com a ajuda de todos nós moradores, políticos, Deputados, Vereadores independentes de cores partidárias.

Na verdade, eu já disse no começo, que a veiculação da Prefeitura de Curitiba - e vou deixar bem claro para Vossa Excelência eu também não sou favorável a ficar se gastando tanto dinheiro em publicidade - mas o governante tem que fazer isso, até acho que a própria Assembléia Legislativa deveria ter a sua veiculação publicitária, porque todas as Secretarias Estaduais, municipais...

O SR. NEIVO BERARDIN - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - ... Já lhe dou um aparte, Deputado Neivo Berardin, Vossa Excelência não ficará sem o seu aparte.

Eu diria então de que a própria Assembléia deveria ter o seu órgão o seu espaço de comunicação também, porque se não saírem as informações individuais dos parlamentares, a própria Assembléia Legislativa não tem um órgão oficial que distribua a matéria dela, Assembléia, do que ela, Assembléia, faz, porque aqui cada um de nós procuramos vender o seu peixe. Aquilo que eu fiz aqui na Assembléia eu quero divulgar. Aquilo que os senhores fizeram, os senhores querem divulgar.

Eu acho que até a Assembléia deve ter um órgão de comunicação.

Para complementar, repito mais uma vez, há uma diferença entre o símbolo da Prefeitura com o do Governo, não cito o nome do Prefeito Jaime Lerner, cito apenas Prefeitura porque há que identificar, porque se não vão pensar que é obra da Prefeitura de Piraquara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a Liderança do PRN, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela primeira vez ao me dirigir aos

Deputados desta Casa, como Líder do PRN, quero aqui fazer um relato e até uma análise da primeira Sessão que assisto hoje e vendo aqui inicialmente o debate sobre a propaganda eleitoral.

O que que é que pensa um Deputado que chega a esta Casa? Há pouco o Líder do PMDB dizia de que o símbolo deles é somente uma casinha e falava da folhinha. Eu gostaria de como Deputado, chegando nesta Casa, a preocupação que eu tenho eu acho que é a preocupação de todos os Deputados e acho que nós Deputados temos que ter posições firmes e definidas, se isso não for constitucional, nós devemos tomar atitude aqui dentro desta Casa, pelo menos para isso nós fomos eleitos.

Eu ao inaugurar a minha palavra nesta Casa como Líder e no decorrer do tempo eu acho que vou pegar experiência e devo falar tão bem quanto outros líderes aqui com mais experiência, mas quero deixar aqui alerta para que o futuro nos cobre, ouvimos aqui há pouco o relato do Deputado Basílio Zanusso, que falava da situação e do favor que o Collor está fazendo aos Governos do PMDB. Eu quero dizer que como membro do PRN, também fiquei estarecido quando ouvi que quando se prega a moralidade neste País. Quando se prega governos honestos neste País, de repente Governadores do PMDB de mala nas mãos vão pedir socorro para que unidades da Federação não entrem em falência e aí eu fico perguntando, a esperança do povo está em nós que estamos chegando, eu como líder do PRN, posição nesta Bancada, vamos fazer oposição ao Governo do Estado consciente, clara, mas também não vamos ser coniventes com governo nenhum neste País, o que vier de encontro a nossa vontade, o que nós achamos que for correto nós vamos aprovar, o que nós achamos que não for correto, seja do Collor, seja Requião, seja do Álvaro Dias, nós estaremos aqui para tecer as nossas críticas, para colocar as nossas posições e dizer ao povo do Paraná que nós não estamos aqui para ser coniventes com casinha de propaganda de ninguém.

Acho que isso é obrigação de nós Parlamentares e para que nós conseguíssemos começar a pregar o que o povo inteiro pede que é a moralidade, eu acho que cabe a todos nós Deputados, líderes, a imprensa contar a verdade ao povo do Paraná. Ou será que daqui a seis meses, como disse o líder do PDT, o futuro Governador vai vir aqui e dizer o seguinte: "este Estado não é esta maravilha que o Governador pregou aqui".

Ai já são seis meses e parece que nós Deputados não estamos fazendo o nosso trabalho. Acho que nós temos que esclarecer rapidamente a população do Paraná se realmente este Estado está quebrado como o

resto dos Estados estão, porque isso não é obrigação somente dos Deputados, mas a obrigação maior é nossa, a 2.^a obrigação é dos órgãos de Imprensa porque nós estamos vendo alguns órgãos de Imprensa, como alguns determinados, como o "Estado", e outros órgãos de Imprensa que dão outra situação completamente diferente, como nós vemos aí na revista "Exame".

E aí nós ficamos perguntando: eu sou Deputado.

Eu preciso saber, eu quero saber e peço aos nobres Deputados aqui, apesar da minha pouca experiência, eu gostaria de pedir ajuda aos Senhores para que nós esclarecêssemos isso aqui rapidamente antes que o futuro Governador venha a esclarecer na hora em que o acerto entre eles não der mais certo, porque quero aqui colocar-me à disposição de todos os Deputados de todas as regiões do Paraná, estou à disposição para qualquer dia e para qualquer hora para visitar uma região deste Estado que tenha aquele volume de obras que nós vimos ser relatado porque na minha região não tem nenhuma obra de grande vulto iniciada e concluída.

Eu fico à disposição dos Deputados e principalmente do Líder Pessuti para correr o Estado do Paraná e conhecer esse grande número de obras para que eu possa contar pelo menos para a minha região, que é a região de União da Vitória.

O SR. ORLANDO PESSUTI - No Vale do Ivaí tem. Temos que ver os Deputados da Região de Vossa Excelência porque no Vale do Ivaí tem obras de grande importância construídas e inauguradas no Governo Álvaro Dias.

O SR. VALDIR ROSSONI - Eu acho que eu gostaria de fazer uma visita ao Vale do Ivaí para ver essas obras e para poder contar a minha região porque lá na minha região há seis meses foi divulgado que o Governo do Estado iniciaria rapidamente o empreendimento de calcário que vai ser distribuído em 4 lugares deste Estado.

E, para minha estranheza, de repente ontem estavam assinando que vão iniciar a obra.

Então, divulga-se 6 meses atrás e a obra nem se iniciou. Eu gostaria que o Governo conseguisse realmente fazer todo esse volume de obras, mas me coloco à disposição de todos os Deputados porque eu, como Deputado, gostaria de ver o progresso deste Estado que na minha região não teve em nenhum momento deste Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a

Curitiba, quarta, em 20.02.91

palavra, o PL.

Com a palavra o PT.

Com a palavra o Deputado Ernani Pu-
dell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente,
Senhores Deputados.

Inicialmente eu gostaria de dirigir um
apelo ao ilustre Deputado Anibal Khury no
sentido de que permitisse a imprensa aden-
trar aqui ao Plenário para desenvolver o
seu trabalho.

Sabemos que há uma exigência regimen-
tal no sentido de trajes adequados, toda-
via todos nós também conhecemos a situação
salarial dos trabalhadores da imprensa e
sabemos que muitos não dispõem de condi-
ções para adquirir a vestimenta adequada.

Então, era esse o apelo que eu lanço
ao Senhor Presidente, no sentido de que
permita essa presença da Imprensa ao Ple-
nário.

Gostaria também hoje, de trazer aqui
fatos muito graves que estão ocorrendo em
nosso Estado, fatos relacionados com a de-
licada questão agrária que assola este
País inteiro, aliás, diga-se de passagem, a
situação agrária neste País é talvez a
maior dívida social que nós temos.

Vivemos num País em que infelizmente
um Presidente da República se elege, fa-
lando que vai governar para os descamis-
ados, após as eleições percebe-se que ele
estava falando dos amigos dele que fre-
quentavam a piscina da mansão dele.

Pior: este País atolado no desemprego,
no sofrimento, na miséria, percebe nesse
Presidente da República, fazendo viagens
nababescas por aí.

Agora o homem foi para a Antártica e
deixou o povo inteiro, 120 milhões de bra-
sileiros numa fria.

É uma falta de respeito a demagogia,
as promessas não cumpridas... precisaríamos
de três dias para relatar.

Disse que iria assentar não sei quan-
tas mil famílias este ano no Brasil, na
sua política agrária, no entanto parece
que tem um Ministro ligado a UDR e até o
momento o que estamos assistindo é a anti-
reforma agrária.

Temos conhecimento dos pequenos produ-
tores falindo, suas propriedades inviabi-
lizadas, o processo de concentração fun-
diária aumentando neste Estado e não se
toma providência alguma.

O que é mais grave, pais de família,
trabalhadores sem terras, que cansados de
esperar pela boa vontade dos seus gover-
nantes, não podendo mais assistir seus fi-
lhos passando fome, resolvem ocupar áreas
improdutivas para plantar e dar de comer a
seus filhos.

Resolvem lutar e exigir o direito da
vida e ocupam áreas.

Temos aqui no Oeste do Paraná, estive
lá domingo, uma fazenda conhecida como
"Fazenda Caldarti", "Fazenda Badotti",
eram 107 hectares de terra, era uma pro-
priedade que estava como reserva florestal
de pinus nativo, sendo estocado para espe-
culação imobiliária.

Esta terra foi ocupada por cerca de
170 famílias. Hoje se produz, naquelas
terras abandonadas, mais de 70 mil sacos
de feijão, de milho, de mandioca, uma pro-
dução imensa.

Como é praxe neste País, o Governo Fe-
deral não toma atitude de desapropriar es-
ta área. Ocorre que embora a Justiça tenha
determinado a reintegração da área, não
foi possível efetuar o despejo daquelas
famílias.

Houve um acordo entre o Governo do Es-
tado e várias entidades e se manteve
aquelas famílias no local plantando e pro-
duzindo.

Ocorre que lá estando, tivemos conhe-
cimento de que está se organizando, no mu-
nicípio de Catanduvas, com participação
direta de autoridades daquele município,
uma milícia armada; jagunços fortemente
armados com armas de grosso calibre que
estão aterrorizando aqueles assentados.

Temos lá inclusive 600 pessoas, entre
crianças e idosos, que estão sendo ataca-
dos nas estradas, sendo amedrontados com
armas de fogo que estão sendo disparadas.

Sabemos, já correm notícias, de que em
breve esta milícia armada, com o apoio da
famigerada UDR, irá promover o extermínio
e o despejo forçado daquelas famílias.

Vejam bem Senhores, diz-se que o Bra-
sil após a Nova República estava em seu
estado de direito. Acabou-se a ditadura,
estamos sob o Império da Lei.

O que estamos assistindo, infelizmen-
te, é um estágio que antecede o próprio
Império Romano. Porque não dizer até o
próprio Império Grego. Estamos num estágio
anterior, onde grupos econômicos poderosos
passam por cima das leis, organizam suas
milícias, verdadeiros grupos de terroris-
tas para atacar crianças, idosos e traba-
lhadores.

Vou dizer mais. Tivemos recentemente,
em Roncador, um fato que já demonstra a
gravidade desta situação. Num assentamento
um proprietário de terras contratou jagun-
ços no Mato Grosso.

Estes jagunços entraram numa fazenda
que estava sendo ocupada, produzida, por
agricultores e, para gerar uma situação de
conflito, acabaram, segundo notícias que
temos conhecimento, determinando a execu-
ção de um destes jagunços contratados no
Mato Grosso para justificar uma ação vio-
lenta em cima destas famílias de trabalha-
dores indefesos.

Já tivemos precedente também aqui no

nosso Estado no ano passado, onde foram assassinados sem-terras. E agora, ao que estamos percebendo de informações de lideranças destes assentamentos, está se organizando algo a nível estadual para que estes grupos armados façam o despejo que é um trabalho de exclusiva competência da Polícia Judiciária do nosso Estado.

Quero fazer este apelo até porque tentamos obter uma audiência junto com o Secretário de Segurança do Estado, alertando sobre a gravidade deste fato e estranhamente recentemente recebemos a informação de que o nosso...

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos).

Para concluir, Senhor Presidente.

Então, recebemos a informação de que o nosso Secretário somente poderia receber este grupo de representantes dos assentamentos na próxima semana.

Então, vejam os Senhores que diante de um fato tão grave o Governo do Estado lava as mãos, se omite.

E eu quero deixar aqui registrado nesta Casa que se aprove este requerimento, solicitando estas providências imediatas ao Governo do Estado, sob pena de nós iniciarmos imediatamente aqui neste Estado um processo de convulsão social.

E aí pelo menos nós cumprimos com a nossa parte, alertando as autoridades e a sociedade para que este fato não ocorra.

O que nós esperamos é uma pronta ação do Governo do Estado no sentido de desmobilizar, de desarmar e apurar estas denúncias que estamos trazendo aqui, para a paz da família paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra.

Declina.

PMDB.

Com a palavra o nobre Líder Orlando Pessutti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Conversando preliminarmente com o Deputado Ernani Pudell, assumimos com o mesmo compromisso de conversar ainda hoje com o Secretário José Moacir Favetti, no sentido de quem sabe anteciparmos a data desta audiência, do recebimento das lideranças dos sem-terras do Paraná para que possamos quem sabe melhor avaliar o quadro e tomar as providências que se fazem necessárias.

No entanto, estamos recomendando a nossa Bancada e iremos pedir para discutir os requerimentos para analisar melhor e votá-los na data de amanhã.

Com relação à manifestação do Deputado Algaci Túlio nós já o aparteamos e entendemos que ficou esclarecido. Não estamos

aqui na condição de Líder do Governo porque Líder do Governo é o Deputado Caíto Quintana, mas na sua ausência estamos procurando dar atendimento a estas funções também.

Porque se de um lado existe a casinha que é mostrada na televisão, por outro lado existe a folha que vem voando e se encaixa. Então acredito que são pesos semelhantes e que...

O SR. ALGACI TÚLIO - Permite-me um aparte, Senhor Deputado?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Então, são coisas realmente que temos de avaliar.

Agora o que mais me estranha é a agitação com que se portou na tribuna o Deputado Valdir Rossoni que me parece não estar tão preocupado com as casinhas que aparecem nas propagandas do Governador Álvaro Dias; mas sim com as casinhas que deve estar encontrando ao longo das estradas, ao longo das cidades onde as obras foram inauguradas e são muitas as obras.

Inclusive a gente até questionava, e me parece que na sua fala ele deixou uma impressão de uma crítica velada aos Deputados da sua Região porque como eu disse, no Vale do Ivaí, e tenho conhecimento de outras regiões, existem obras, sim, do Governo Álvaro Dias, nós temos.

E está aqui o Secretário, ex-Secretário de Transportes Doutor Heinz, a quem devemos muitas obras que temos no Vale do Ivaí.

No Vale do Ivaí, no Governo Álvaro Dias, foram construídos mais de 200 quilômetros de estradas.

O SR. ARLINDO TROIAN - Concede-me um aparte?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Logo a seguir, Deputado Arlindo Troian.

Então, acredito que, ao fazer estas acusações, estas denúncias e que não existem obras, é ir contra até aos nossos dois ex-Presidentes da legislatura passada e que eram os Deputados da Região: Deputado Antônio Annibelli e Deputado Anibal Khury. Então temos que ter cuidado quando fazemos estas comparações, quando se fala das casinhas, quando se fala das obras, para que nós não cometamos injustiças com pessoas que não merecem, de nossa parte, serem injustiçadas.

Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Orlando Pessuti, eu mais uma vez quero aproveitar para dizer que da mesma maneira que questiono o Governo Álvaro Dias, aqui na Assembléia, a Câmara de Vereadores de Cu-

Curitiba, quarta, em 20.02.91

Curitiba, questiona o Prefeito Jaime Lerner, através da própria Câmara de Curitiba, e aqui estão Deputados eleitos e que eram Vereadores, e eles devem ter tido muitos pedidos de informações da Prefeitura e devem ter tido as respostas. Se foram satisfeitos ou não, cabe a cada um julgar.

Agora, há uma diferença, e eu volto a frisar, para deixar bem claro, Deputado Pessuti: a diferença é gritante entre o promocional da Prefeitura de Curitiba e a propaganda personalística do Governador Álvaro Dias.

O fato da "folhinha", ela é o símbolo da Prefeitura de Curitiba, assim como na Prefeitura do Governo Requião, havia também, o seu símbolo. Cada Prefeito utiliza o seu símbolo.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Mas a "casinha" é o símbolo do Governo Álvaro Dias, também.

O Sr. Algaci Túlio - A "casinha" até não me oponho a elas. Tomara que aquelas "casinhas" que o Governador Álvaro Dias gastou, às beiras de rodovias, se juntassem, porque daria para fazer muitas "casinhas" para as pessoas pobres, por aí.

Além do mais, há uma propaganda discriminatória.

Vejam bem, usou uma propaganda em que acontecia um incêndio num apartamento, havia uma mulher telefonando e o bombeiro apagando o fogo, chegou um bombeiro e pegou a mulher pelo "traseiro", carregou para fora, e a mulher ficou telefonando, como a dizer: "como a mulher é idiota". E a propaganda recente, de um cidadão com uma senhora no carro, atravessando a linha férrea, vem o trem, aquela coisa, o cara arranca e a mulher fica correndo, com uma sombrinha na mão. Quer dizer, é discriminatório. Tenho certeza de que as mulheres do Paraná devem estar muito chateadas com o Governador em função deste tipo de propaganda, que além de personalística, ela é discriminatória.

Então, para deixar bem claro, mais uma vez, na propaganda da Prefeitura, que não é propaganda mas sim promoções de obras que estão acontecendo, e só não vê quem não quer, há uma grande diferença..

E é uma coisa maior de constata porque está aqui, a cidade é menor do que o Estado.

Então, o povo está dentro das obras. Com relação à propaganda do Governador, que tem o nome do Governador.

Eu não tenho nada contra a se promover o que se faz. O Senhor promove o que o Senhor faz e eu promovo o que eu faço.

Agora, não se promover utilizando o nome da gente.

Na própria Operação Verão estavam lá

os "shows" feitos, que foram de boa qualidade, e aqui eu transmito os cumprimentos ao governador, à Secretaria de Esportes da Prefeitura, através do Secretário Edson Gradia, por quem eu tenho uma admiração profunda.

Mas só que ao lado dos pavilhões dos palcos, estava lá: "Governador Álvaro Dias".

Quer dizer, não há necessidade. Se está se sabendo que é feito por uma Secretaria do Governo do Estado, é "coisa" do Estado.

Não há razão em se colocar o nome do Governador, porque fere a Constituição do Estado.

Apenas isto, Deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Muito Obrigado.

Eu concedo aparte ao Deputado Arlindo Troian.

O SR. ARLINDO TROIAN - Nobre Deputado, relembrando o que o Depuado Rossoni disse sobre as "casinhas" que vocês estão falando, da propaganda do nosso Governador Álvaro Dias, eu que resido no Noroeste do Paraná, não quero criticar o Governo, não quero criticar nada. Mas, eu desejava muito que esta "casinha" fosse instalada lá na BR-376, num trecho de estrada que liga entroncamento de Nova Londrina por São José, considerada uma rodovia federal, que eu tive a grande oportunidade, de João Elísio Ferraz de Campos e o nosso grande Secretário, Heinz, que foi lá e fez a abertura e inauguração da construção da rodovia. Faltam cinco quilômetros para terminar esta rodovia e nós estamos em 1991.

Então, só para uma lembrança, que eu desejava muito que esta "casinha" fosse para lá. Nós fomos esquecidos. E é uma estrada que liga Porto São José, num traçado a Porto Paranaguá.

Então, só por uma lembrança. E o Noroeste do Paraná não viu nenhuma "casinha", na maioria dos seus municípios. Só o projeto e os terrenos doados para a COHAPAR. Então, precisava-se que fossem as casas para depois ir a "casinha"

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós entendemos que se as "casinhas" não apareceram, Deputado, o Noroeste do Paraná foi, pelo Governo Álvaro Dias, muito bem lembrado, no que diz respeito à quebra do monopólio da citricultura por parte de São Paulo, e a região Noroeste do Paraná foi priorizada na implantação da indústria que irá beneficiar as frutas cítricas lá produzidas.

Eu acho que isto vale muito e muitas "casinhas". Gostaríamos nós de não ter dez, quinze, vinte "Casinhas" no Vale do

Ivaí e ter tido a oportunidade de lá ter a indústria de beneficiamento de transformação dos produtos cítricos, que serão produzidos pelos agricultores lá da região Noroeste do Paraná.

O SR. ARLINDO TROIAN - Permite-me mais um aparte?

Sobre a citricultura realmente o Sr. está de parabéns por dizer isso. Só que realmente não é a realidade total que vocês estão expondo e fazendo propaganda na televisão. Nós hoje estamos com a região praticamente paralisada, parado o plantio. Todos os financiamentos foram parados, junto ao BNDS...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Aí é problema do Governo Federal.

O SR. ARLINDO TROIAN - Eu acho que a Secretaria da Agricultura...

O SR. ORLANDO PESSUTI - O Governo Requião vai criar linhas especiais de crédito...

O SR. ARLINDO TROIAN - A Secretaria de Agricultura ainda não pôs nada à disposição daqueles agricultores para plantar um pé de laranja.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Os viveiros, os viveiros.

Sr. Presidente, eu concluo lamentando apenas de que no Governo Federal acontecem coisas muito piores do que acontece no nosso Estado. É evidente que falhas existem. Está aí o último exemplo, num momento de arrocho, quando se tenta consertar a Economia vem o Governo Federal adotar medidas de saneamento que, certamente, irão complicar todo esse processo de ajuste da nossa Economia.

Então fala-se, fala-se, não se desce do palanque e continuam aí a atacar o nosso Governo.

Aqui nós tivemos um modesto superávit de 800 milhões e estamos tentando consertar as coisas no Paraná. O Governo Federal, só na Previdência, está alardeando, e nós somos criticados por dizermos que tivemos um superávit de 800 milhões, setecentos e poucos milhões, o Governo Federal está aí propalando um superávit de 83 bilhões, só na Previdência, mas não tiveram coragem de corrigir a Pensão defasada das nossas queridas viúvas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao PSDB, no horário das Lideranças.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 44 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem concedo a palavra ao Sr. Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente.

O Artigo 31 do Regimento Interno desta Casa diz em seu "caput" da formação das Comissões Permanentes, e Vossa Excelência distribuiu a esses Parlamentares o coeficiente percentual das representações deste parlamento.

Nós, do PSB, que temos, evidentemente, algum entrave a nível de Regimento, aprovado na gestão passada, fazendo uma análise da composição de algumas Comissões, a exemplo da CCJ, nos vemos ali, em condições também de termos participação, visto que pela nossa avaliação nem todos os Partidos aqui representados, como diz o Parágrafo Único - "Se por este processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos partidos ou votos Parlamentares ainda não representados, no ordem decrescente do número de membros de Bancada."

Como nós não fomos atingidos pelo coeficiente previsto para a composição de Comissão e pelo que falávamos pelas avaliações feitas, os Partidos com direito a preencherem os lugares naquela Comissão não preencherão todas as vagas. Evidentemente nós estaríamos contemplados com representação nesta Comissão. É a questão de ordem que levanto a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita a Vossa Excelência que encaminhe por escrito a questão de ordem levantada verbalmente, dará o seu parecer e encaminhará à Comissão de Justiça.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas um esclarecimento.

Segundo informações que tivemos do nosso Partido, o PMDB, deveremos, hoje à tarde ou amanhã pela manhã termos em mãos certidão fornecida já pela Justiça Eleitoral da filiação de outros Parlamentares ao nosso Partido. A pergunta que fazemos é o seguinte: Porque, pelo que a gente faz de contas por aí, é que o PMDB com dezoito Deputados teria direito a cinco membros na Comissão, e como estamos em fase de organização das Comissões até sexta-feira, gostaríamos de que Vossa Excelência nos orientasse a cerca desse problema em função de novas filiações que deverão estar devidamente solucionadas e devidamente re-

Deputado Ernani Pudell, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados que irão compor a Bancada do PT. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Orlando Pessuti na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando a retificação da indicação procedida por esta Liderança, quanto à composição da CCJ, com a finalidade de efetuar a troca do Deputado Djalma de Almeida César para suplente e do Deputado José Afonso Júnior para titular, permanecendo inalteradas as demais posições. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para comporem as Comissões Permanentes desta Casa. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado.

O DR. ROSINHA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado, não cabe discussão nessa matéria, só se Vossa Excelência negar apoio ou não.

O DR. ROSINHA - Só para apoio?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É só apoio. APOIADO.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quando Vossa Excelência anunciar a migração dos Deputados de outros Partidos, fora o de Vossa Excelência, a Mesa vai deliberar. Por enquanto é extemporânea qualquer decisão. Eu peço desculpas a Vossa Excelência.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Um esclarecimento. Sobre o Requerimento do Deputado Paulo Maia, Vossa Excelência se reportou ao fato de que esse Parlamentar deveria colocar por escrito a sua questão de ordem e ela seria submetida à CCJ...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai emitir o seu parecer sobre a Questão de Ordem e vai encaminhar à Comissão de Justiça.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Aí me parece, Excelência, uma questão de esclarecimento, que neste caso já estaria formada a Comissão de Justiça, porque eu também, nós da Bancada do PT, faremos cálculos e chegamos à conclusão que atendendo ao "caput" do art. 31 e ao parágrafo, pelo critério das sobras, quer dizer, o PMDB tem 3.6 representantes nesta Comissão e assim por diante; chega-se a uma situação em que há sobra nesta Comissão, essa sobra é preenchida conforme o parágrafo único do art. 31, e ainda assim, quer dizer, até a representação do PSB, que é a menor representação da Casa, ainda assim sobriam duas a três vagas nessa Comissão que aí sim seriam distribuídas conforme as sobras maiores. O que me parece e essa é a questão de esclarecimento que eu peço a Vossa Excelência, é que circulou ontem, eu não sei se oficialmente pela Mesa, mas já teria circulado, eu tenho em mãos, uma composição já, onde o PSB não estaria incluído. Então, gostaríamos de saber se esse documento que circulou ontem em Plenário para os Deputados já é oficial da Mesa, ou é apenas algum exercício de algum funcionário da Casa? Esse é o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não é exercício de funcionário, é o exercício da Mesa. A Mesa já estabeleceu o número de Deputados para cada Comissão, cabe a Vossa Excelência, se não concordar com o que a Mesa estabeleceu, endereçar um requerimento, a exemplo do nobre Deputado do PSB, para que a Comissão emita o seu parecer e encaminhe à Comissão de Justiça.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Obrigado, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr.

INSTALAÇÃO DAS COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a

mesa, requerimento de n° 087, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 089, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. À Diretoria Legislativa, atendido o disposto no § 1°, art. 135.

Como ainda é matéria nova, eu quero comunicar à Casa que o requerimento ficará 48 horas na Mesa, a fim de que a entidade que foi solicitado o pedido de informações, possa fazer a resposta espontânea. Sem o que, o requerimento será encaminhado e no prazo regimental deverá prestar as informações. A Mesa anuncia também à Casa que manterá sob a mesa, um fichário de todos os pedidos de informações que serão endereçados às autoridades e o prazo que as autoridades deverão respondê-las.

Requerimento de n° 042, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell e Dr. Rosinha, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 038, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de n°s 040 e 041, de autoria do Sr. Deputado Antônio Toti Colaço, constante do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 044, 045 e 050, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 046 e 090, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 053 a 086, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 092, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 088, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Ao D.L., C.G.C., de acordo

com o disposto pelo Art. 128, § 2°, do Regimento Interno.

Requerimento de n° 095, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 096, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 091, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 043, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Florisvaldo Fier, Ovídio Constantino e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Aprovado.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, Questão de Ordem.

Eu tinha me inscrito na Mesa, de acordo com o Art. 91, fazer uso da palavra, em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede. Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. FLORISVALDO FIER - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados que estão permanecendo, já que alguns estão se retirando antes da conclusão dos trabalhos, quero fazer uso da palavra, nesse momento, para abordar dois posicionamentos de hoje, na sessão...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem.

Sr. Presidente, eu não admito estar recebendo puxão de orelha do Deputado que está na tribuna.

Estou me retirando da sessão porque não sou obrigado a ficar para ouvir explicações pessoais. A minha obrigação era votar a Ordem do Dia, o que já fiz. Não estou aqui para receber puxão de orelha de quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Segue com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Concorde com Vossa Excelência, uma vez que o puxão de orelhas deve ser dado pelos vossos eleitores nas próximas eleições; porque todo e qualquer Deputado foi eleito para permanecer na sessão, do início ao fim, inclusive com explicações pessoais. Acredito que o nobre Deputado se sentiu ofendido...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, Pela Ordem.

Estou nessa Casa por seis legislaturas, e não é com o voto de radicais do PT,

Curitiba, quarta, em 20.02.91

que estou aqui. Voltarei para cá quantas vezes eu quiser, porque cumprio com o meu dever perante os eleitores do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Prossegue o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Quero continuar, apesar de que, quem está com seis legislaturas, não significa no nosso entender absolutamente nada, a não ser que veio para cá durante seis vezes, o que não existe diferença entre quem está na primeira legislatura e de quem está na décima, vigésima ou em qualquer dessas legislaturas.

Portanto, nós queremos colocar uma questão que foi levantada hoje dessa tribuna pelo Deputado Algaci Túlio.

O Deputado Algaci Túlio levantou a questão das verbas gastas em publicidade pelo Governo do Estado, e ao abordar, coloca e chama uma comissão para analisar, de acordo com o art. 128 do Regimento Interno. Pena que esta Comissão não pode dar parecer sobre as verbas gastas pela administração pública do Município de Curitiba, município esse do qual o Deputado Algaci Túlio é o vice-Prefeito e que, provavelmente, não deva ter lido a Lei Orgânica desse Município, no seu art. 82, § 2º, onde proíbe aquela folhinha que existe nos carros e nas propagandas da administração municipal.

Portanto, além de desrespeitar a Constituição Federal, a Constituição Estadual, desrespeita a Lei Orgânica neste artigo 82, assim como desrespeita o art. 100, onde não há uma política fixa de remuneração dos servidores públicos.

Dizer que Curitiba é "Capital Ecológica", não significa nada, quando nos últimos dois anos não foi construído sequer um Centro de Saúde para atender a população miserável dessa cidade.

É ecológica para receber diploma no Exterior, mas não é ecológica para tratar dos problemas internos da administração pública do município de Curitiba.

Portanto, pena que essa Comissão não poderia dar parecer sobre a publicidade da administração municipal.

Era esse um dos temas.

O outro tema, que me assusta, que ocorreu hoje, é a respeito do apoio, para tramitar um requerimento. A maioria dos Srs. Parlamentares se manifestou contra o apoio a um requerimento da Bancada do Partido dos Trabalhadores, apoio esse, simplesmente para tramitação pelas Comissões para termos parecer.

O Deputado Valdir Rossoni que diz que foi eleito, e que quer contar com quem está de novo e com a renovação nessa Assembléia, digo, que houve nessa Assembléia.

Eu tendo a crer que não houve renovação, mas houve substituição de algumas cabeças antigas por umas novas que têm o mesmo pensamento daquelas antigas que se retiraram desta Casa de Leis, porque aquelas cabeças antigas mantiveram essa verba de representação e as cabeças novas já têm medo de que tramite um requerimento porque não estava nem votando o projeto em si.

Portanto, é uma coisa assustadora e apavorante que, se formos observar por esse caminho, dentro de um ano, esta Assembléia Legislativa, nós Parlamentares vamos estar com o mesmo junto à população dos Parlamentares e não conseguiremos a reeleição.

Portanto, o ser novo não é ser novo de idade ou novo no Parlamento, tem que ser novo em idéias e radicais sim em defender os interesses os quais nos trouxeram até esta Casa.

Portanto, somos radicais, como disse o Deputado Erondy Silvério, e continuaremos sendo radicais com o discurso que fazemos lá fora, com o que nós defenderemos aqui dentro, porque não temos duas caras e nem dois discursos, nem no Poder Legislativo e nem quando chegarmos no Executivo.

Por que estou dizendo isso? Porque aqui se faz uma coisa em relação à publicidade e lá fora faz a publicidade da administração pública municipal; aqui se faz um discurso como fez Valdir Rossoni, e Collor de Mello contrata empresas, como contratou a "Setembro" que fez a campanha eleitoral dele, sem licitação, e mais outras inúmeras quantidades de empresas que foram contratadas para colocar a "bandeirinha".

E dizer que estamos vendo casinhas nas beiras das estradas e na periferia de nossa cidade, mas são as casinhas dos pobres expulsos do campo, são as favelas miseráveis de quem não é reconhecido pelo nosso Estado nem como cidadão; era essa a casinha que queríamos ver abolida, além do Álvaro Dias.

Portanto, a gente se sente indignado de ver Deputado que fez um discurso no parlance e um mês depois, dois meses depois, a postura e a proposição é outra.

Agradeço a atenção daqueles que ficaram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa esclarece ao Plenário que o que submeteu a apoio não foi um requerimento, conforme disse o Deputado Rosinha, e sim um projeto de resolução. Os requerimentos independem de apoio.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, à hora re-

gimental, ainda na fase de organização das Comissões.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEIVO BERALDIN, EM SESSÃO DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 1991.

"OS EMPREENDEDORES"

Aroldo M. G. Haygert
JOEL MALUCELLI
centroavante do Paraná moderno

Menino pobre era "boleiro" no Curitiba, onde pegou gosto pela livre iniciativa. Chegou a juvenil do Atlético, e há 25 anos depois de ser operador de escavadeira, alugou a primeira máquina. Era início daquele que hoje é o sétimo maior grupo econômico do Paraná. E que comanda a segunda maior construtora pesada do Estado, a décima-sétima do Brasil.

Ao todo, são 2.600 empregos diretos mais 4.500 indiretos, que dependem das diretrizes deste amante da obra de De Bona, Nísio e sobretudo Andersen.

Imensa, linhas modernas, um suceder de salões e áreas mais íntimas, aconchegantes, como a adega. É a casa - um palacete dos anos 80 - de um homem de negócios notavelmente bem sucedido. Ele e ela combinam.

Seu "outro" mundo está ali, ao lado da esposa, Mirian e de marcas que o prendam definitivamente àquele espaço da Rua Bento Viana, como a uma centena de óleos de artistas exclusivamente paranaenses. São quase todos quadros ou de Andersen, chamado "Pai da Pintura Paranaense" ou de seus discípulos, como Theodoro de Bona; Amélia Assumpção, Freys Leben e mesmo um "moderno", o Juarez Machado, estão também naquele espaço em que Joel Malucelli capitula diante da contemplação da arte pela arte.

- Tudo o que eu ganhei até agora, investi no Paraná. Minha pinacoteca paranaense, exclusivamente, é um reflexo dessa disposição de ficar, também em matéria de arte, com os grandes artistas da terra.

A explicação é feita com simplicidade. Não há sofisticções para definir escolhas, "eu fico mesmo é com a figura, com a pintura clássica, retrato de realidades", diz Joel.

ENTRE OS MAIORES

Economista, formado pela Universidade Federal do Paraná, Joel Malucelli, 45 anos, não incorporou afetações de novos-ricos. Prova de inteligência que o ajuda a colocar-se comodamente em situações diversas.

Homem atualizado em áreas de que não

necessitaria envolver-se para seus negócios, vai falando. De uma sacada contempla o bairro do Água Verde. Aí o menino renasce no empresário dono da segunda empresa de construção pesada do Paraná (só perdendo para a CR Almeida) e do sétimo maior grupo econômico do Estado.

BONS GOVERNOS? ÁLVARO DIAS e JOSÉ RICHÁ;
MAS TEMOS POUCA PRESENÇA POLÍTICA.

HÁ TIMIDEZ

E quando o menino começa a falar, aparece o Joel criança levantando garrafas de boliche na Sociedade Internacional do Água Verde. Em troca de gratificações que, se não generosas, serviam para pontuar o espírito batalhador do garoto pobre.

Quando começou a frequentar a quadra de tênis do Clube Curitibano "como boleiro do Plínio Todeschini", já estava definitivamente marcado pela inquietação da livre iniciativa. A mesada paterna podia ser dispensada. Tinha seus 13 anos, mais ou menos.

Hoje Plínio Todeschini é um dos seus amigos pessoais, faz parte da imensa "família" de que Joel é um dos líderes definitivos.

CARTELIIZAÇÃO

Tem autoridade para falar com desenvoltura sobre temas que parecem ser privilégios de scholars da Economia. Domina com desembaraço o economês. Mas explica seu pensamento em bom português, enquanto degusta um vinho tinto escolhido com todo cuidado, dentre as muitas centenas de garrafas da adega variadíssima.

Queijo e vinho são os parceiros propícios para a conversa que vai rolando, sem entonações sapientes. Sabe escutar - grande virtude num país onde todos falam ao mesmo tempo! - e depois sublinhar suas definições:

- Este é um país atípico, mas do qual jamais quero sair. É uma terra que importa teses econômicas do Primeiro Mundo, de difícil adaptação à nossa realidade.

O encontro com Joel Malucelli foi uma semana antes do Plano Collor 2. Suas palavras continuam oportunas. Como as reflexões em torno da economia cartelizada. "Não é possível baixar inflação com a economia cartelizada", diz, depois de defender a prefixação da inflação, "pois não é fácil ao Brasil livrar-se dessa cultura inflacionária".

O combate à inflação, - opina, tem que levar em conta o doente: não se pode esperar inflação zero da noite para o dia.

BONS GOVERNOS

Na sala de jantar, a grande tela de De Bona domina o ambiente. Pinheiros e a carroça típica de nossos colonos de outrora,

mas que ainda é encontrada alhures.

De Bona, o mestre, o último dos grandes mestres da pintura paranaense, foi um bom amigo seu. Simboliza, para Joel, um pouco do seu Paraná.

Essa fidelidade ao Paraná tem seus quês e porquês. E primeiro lugar, o fato de ele mesmo identificar-se como um dos mais legítimos produtos desta terra: é bisneto de italianos, pelo lado paterno, e de libaneses pelo materno (Haugge), imigrantes que aqui aportaram, como os Malucelli há 110 anos, fixaram-se em Alexandra, Morretes "e não tiveram força para subir a serra", garante Joel, recordando capítulos de uma saga notável vivida por seus antepassados, a lado de outras famílias italianas, como a Trombini.

O entusiasmo com que fala do Paraná e suas potencialidades pode parecer ufanismo. Curitiba, por exemplo, ele identifica como uma cidade predominantemente de classe média, acha que os seus bolsões de miséria são insignificantes diante do quadro brasileiro.

Sem citar autores definitivos que analisaram o Paraná à luz de sua composição étnica de fatores climáticos, orográficos e outros. Joel Malucelli volta a explicar seu orgulho, ao dizer:

- Aqui temos tido uma sucessão de bons Governos. Temos tudo para superar o Rio Grande do Sul, em termos de PIB. Os gaúchos têm dificuldades como o fator transporte. Nós ao contrário do Rio Grande, somos um dos estados que menos devem. O Paraná está em ascensão, o Rio Grande em estagnação e temos incomensuráveis possibilidades de ampliar a expansão da agroindústria.

As opiniões de Joel vão saindo fácil, seguras sem medo de contrariar pessoas ou interesses. Por exemplo, ao citar "a sucessão de bons governos" coloca como exemplo os de José Richa "arrecadou bastante" e o de Álvaro Dias, dois adversários aparentemente irreconciliáveis nos dias atuais.

QUE SOMOS NÓS?

Joel examina o grupo de cinco pessoas ao seu redor, na adega da casa. Partilham da mesa e da herança comum. São exemplos, ao vivo da afirmação que fará em seguida, para exaltar seu respeito ao Paraná:

- Nós somos este amálgama de etnias, de raças, culturas como a japonesa arando a terra ao lado de alemães e italianos. Foi uma colonização de primeira qualidade de gente afeita ao trabalho. Não há como esquecer a presença eslava, silenciosa, às vezes humilde, ajudando também a definir este tipo de homens e mulheres que somos...

O senso prático, o observador aguçado,

o apaixonado pela aventura paranaense a partir do Litoral em direção ao Planalto, transita com desembaraço por áreas que acadêmicos avocam como de sua exclusiva competência. Não pretende a visão do antropólogo ou do etnógrafo quanto à formação teórica. Tem a resposta do cotidiano para reforço de seu ponto de vista:

- Quem somos nós? Estamos nos campos e nas cidades. Somos os filhos, netos e bisnetos de colonos que se impuseram, formando grupos que são a pedra de esquina da economia do Paraná. Somos os Prosdócimo, os Todeschini, os Schause, os japoneses, os gaúchos do Oeste...

O aparente ufanismo - fundamentado em exemplos concretos - dá lugar em seguida a uma outra observação prudente: "Forte no aspecto administrativo e pujante no trabalho de sua gente, o Paraná não encontra uma contrapartida na representação política. Somos inexpressivos politicamente..."

HÁ 25 ANOS

O grupo começou com ele, há 25 anos, Jubileu de Prata que será comemorado no dia 22 deste fevereiro. Festa que, como manda a tradição italiana, vai ter uma missa, ação de graças a Deus pela obra que vai se renovando e ampliando todos os dias. E que começou com a ajuda inesquecível de um tio, Jacob Federmann, avalista da locação da primeira máquina que a J. Malucelli Construtora de Obras Ltda, iria utilizar em 1966. Era uma pá carregadeira, Caterpillar, modelo 955.

Antes de embrenhar-se nos meandros empresariais, havia trabalhado como operador de máquinas de terraplenagem. Mas a sua primeira obra, marco jamais esquecido de sua arrancada de homem de negócios, foi com a 955 na recomposição de aterro da rodovia do Café, em São Luiz do Purunã.

FUTEBOL & NÍSIO

A voz pausada entermeia negócios política, pinceladas sobre a história do Paraná, e interlúdios de descompromissos, como o discorrer sobre as telas de Artur Nísio, que povoam a casa, com seus animais domados e indomáveis, e o futebol do Malutrom.

- O Malutrom é o tetracampeão de futebol de Morretes. Joga pelo Campeonato da Federação Paranaense de Futebol, e o pessoal paga para nos ver jogar.

O centroavante Joel Malucelli está falando de um nome familiar de futebol, formado em 1979, entre primos. E que, sem pretensões profissionais, exibe feito raríssimo: já jogou na Itália e na Austria em 1990. É composto hoje de 40 elementos da família. É mais do que um time de futebol, é uma espécie de fraternidade, que três vezes por semana reúne-se, em Curitiba ou em Morretes ou em Guaratuba.

Jogamos futebol, encontramos-nos sema-

nalmente como que para nos fortalecermos no contato com as raízes comuns, pois os Malucelli e os Trombini, além de terem chegado juntos ao Brasil, fizeram cinco casamentos entre si, nos primeiros tempos na nova terra, explica Joel.

Falando de futebol ou apontando a tela predileta de Nísio, com simplicidade tipicamente paranaense, o homem responsável por 2.600 empregos diretos a cerca de 4.500 indiretos, 11 empresas (banco, consórcio, corretora de valores, hotel, reflorestadora, construtora pesada, emissora de televisão) responde a uma pergunta traíndo uma ponta de orgulho;

- A.J.Malucelli Construtora de Obras é hoje a 17.^a maior do Brasil. Trabalhamos no Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

São rodovias, hidrelétricas, construções industriais de grande porte, como a fábrica da Inpacel, e a próxima etapa de duplicação da BR-116, Curitiba - São Paulo, que compõem o portfólio desse segmento do grupo comandado pelo centroavante do Malutrom.

Na verdade, é o centroavante de um grupo que não dispensa a presença de familiares. São 27 os parentes que o auxiliam nas empresas.

ZÉ EDUARDO, PELÉ...

O que o Brasil não pode perder?

A fé e a vontade de trabalhar, responde Joel, num átimo de tempo.

E as perguntas e respostas se sucedem, compondo o retrato de corpo inteiro deste homem que se ufana de não ter inimigos, como também se ufana de não fazer concessões no plano de suas opiniões;

Quem o Brasil não deve perder?

Pelé, José Eduardo de Andrade Vieira, Antonio Ermírio de Moraes, Roberto Campos.

A mesma pergunta é feita com relação ao Paraná e a resposta vem imediata sem pestanejar. "O Paraná não pode perder Jaime Lerner, Otto Cunha, Sérgio Prosdócimo, Atilano Oms Sobrinho, Raul Trombini".

Joel espera que o estado conserve intactas certas características que distinguem o Paraná no Brasil; o espírito empreendedor do paranaense, "típico do mundo moderno", o incentivo sempre renovado para a criação de novas indústrias...

O empresário se concede o direito de, novamente criticar;

"Temos uma classe política pouco eficiente, deve melhorar, adquirir presença nacional, peso e importância na Nação".

CURITIBA & LERNER

Quem é a fisionomia de Curitiba? Claro que o prefeito Jaime Lerner, cuja criatividade e capacidade administrativa interessam a qualquer cidade do mundo, diz, enfático.

De sua Curitiba, um ponto geográfico o

fascina, o Alto São Francisco - "lembra pontos relevantes de nossa história, assinada, para, em seguida, falar dos planos para este ano.

- Em março vamos inaugurar a nova TV Curitiba, Canal 2; em abril, a inauguração, em São Paulo, do Paraná Banco, a primeira agência fora daqui.

UM GRANDE SHOPPING,

PERTO DO CARREFOUR,

ESTÁ COM 280 LOJAS

JÁ ESTÁ TODO PLANEJADO

Há planos que espera ver logo concretizados e pelo quais luta como o grande shopping center que tem planejado para o Champagnat, defronte ao Carrefour. Serão 48 mil metros quadrados de área construída, 280 lojas com cinemas e estacionamento. Tudo no horizontal. A proximidade da Rodovia do Café (BR-277), facilitaria o atendimento da demanda de compradores do interior do Estado. Se concretizado o projeto, ofereceria, de saída, 1.500 empregos, sem contar tributos para a cidade, como o ISS.

OS AUDACIOSOS

Prova de amor maior ao Paraná não poderia dar: das 27 fazendas que compõem o seu grupo empresarial, a maioria delas de reflorestamento, todas estão localizadas no Paraná. A J. Malucelli Florestal é uma das mais claras evidências de quanto a sorte e o trabalho foram bons parceiros até agora na vida de Joel. E é ele mesmo quem o afirma:

- Não tenho superstições, acredito no trabalho, muito trabalho. Há o fator sorte. Da combinação dos dois, explico os resultados de nosso grupo.

Assim, linearmente, numa linguagem direta, Joel Malucelli quer resumir uma história de vida. História que, até hoje, passa pelo garoto que, aos 13 anos, jogava pelo Juvenil do Atlético. "Cheguei a jogar, em 58, numa preliminar do Atlético e Caramuru". Mas ele torce pelo Coritiba, o mesmo menino que apanhava garrafas de boliche na Água Verde ou era "boleiro" no Curitibaano.

O empresário de hoje, que trabalha de 10 a 12 horas por dia, agora tem seu próprio time de futebol, e comanda uma imensa família, de milhares de colaboradores e dependentes. Uma multidão de homens e mulheres que o ajudam a cumprir religiosamente o rito de revezar-se entre o Planalto curitibano e o litoral. Num ir e vir entre Curitiba e Morretes e Guaratuba. Como quem busca nas duas paisagens, todas as partes de um grande quebra-cabeças um dia montado pelos Malucelli e os Trombini. Um "puzzle" fascinante que ele está ajudando a construir - reconstruir na Canaã que sua geração materializa, passados 110 anos de imigração.